



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN
DESENVOLVIMENTO HUMANO

TRANSIÇÕES

Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição

TRANSIÇÕES

Desafios e práticas no acolhimento
de jovens em instituição



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN
DESENVOLVIMENTO HUMANO

Coleção «Práticas e Reflexão sobre Acolhimento de Jovens em Instituição»

outubro 2015

Índice

Nota de abertura	3
Transições juvenis num contexto de (pós-)acolhimento	4
Referências bibliográficas	12
Estrutura de Apoio e Acompanhamento da Casa do Canto	14
Referências bibliográficas	42
Anexos	46
Notas biográficas	53
Glossário	55
Ficha técnica	56



Nota de abertura

A Fundação Calouste Gulbenkian tem como uma das suas principais preocupações as Crianças e Jovens em Risco. Crianças e jovens que, conforme demonstram os mais recentes estudos e indicadores sociais, se encontram entre os grupos mais vulneráveis da sociedade portuguesa, seja pelas condições socioeconómicas ou socioculturais desfavoráveis que marcam os seus contextos de vida, seja por se encontrarem sujeitas a negligências, maus tratos e abusos de diversa ordem, o que coloca em causa o seu desenvolvimento integral.

Depois de alguns anos em que o foco de intervenção da Fundação esteve em projetos de apoio às famílias, procurando reforçar as suas capacidades para o melhor desempenho dos papéis parentais, de forma a evitar a institucionalização das crianças, foi considerada oportuna a intervenção no domínio do acolhimento em instituição de crianças e jovens no sistema de promoção e proteção.

Desde 2012, a Fundação tem vindo a promover a reflexão e o debate através de *workshops*, conferências nacionais e internacionais e diversas publicações, tendo por pano de fundo a execução de projetos piloto em quatro instituições de acolhimento localizadas em diferentes zonas do país. Pretende-se com esta iniciativa contribuir para a capacitação das equipas técnicas e educativas destas Casas e criar as condições necessárias para a preparação dos jovens acolhidos para uma vida autónoma e de plena integração na sociedade após a saída da instituição. Procura-se, assim, contribuir para um investimento, que deverá ser mais global, num cuidado fundamental a ter com as crianças e jovens no nosso país.

É neste quadro que é editada a coleção de brochuras “Práticas e Reflexão sobre Acolhimento de Jovens em Instituição”, na qual se integra esta terceira publicação dedicada à intervenção com jovens na fase de transição para o exterior, tendo por base a experiência piloto desenvolvida pela Casa do Canto, um Centro de Acolhimento Temporário da CrescerSer – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família.

Um dos principais focos da intervenção foi centrado na preparação da transição das jovens à saída da instituição e no seu acompanhamento à medida que terminava o acolhimento. E a solução encontrada pela equipa de profissionais da Casa do Canto foi a criação de uma estrutura de apoio e acompanhamento, que vai sendo apresentada às jovens que vivem naquela Casa, desde a sua entrada, e à qual são convidadas a aderir, respeitando a opção de cada uma.

Com esta resposta promove-se uma rede de suporte consolidada, uma retaguarda que, em função das necessidades, interesses, competências adquiridas e expectativas de cada jovem, pode apoiá-las num novo processo de adaptação, em que necessariamente têm novos desafios para enfrentar, tanto no regresso à família de origem como na passagem à autonomia.

É com os cuidadores destas Casas, os profissionais que nas mais variadas áreas com elas trabalham, e os seus pares, que estas jovens têm laços estabelecidos, com quem viveram e cresceram nos últimos anos das suas vidas. Neste contexto é importante salientar também a relevância do reforço das relações com as famílias de origem, sempre que seja possível e desejável para o jovem, e ainda com outras figuras externas à instituição, que possam ao longo deste processo ser sentidas como significativas.

À saída da instituição é natural o desejo de liberdade, de autonomia, mas perante novas situações, constrangimentos e adversidades, as jovens podem deste modo continuar a contar com as figuras de referência, que lhes inculcem confiança e segurança e a quem podem pedir um conselho, um apoio, festejar e partilhar o que de melhor e/ou pior lhes acontece.

Coincide o lançamento desta brochura com a entrada em vigor da segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo que redefine a organização do sistema e, em especial, da resposta consubstanciada no agora designado acolhimento residencial.¹ Se estas instituições acolhem estes jovens ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, por estar em risco a sua segurança, saúde e desenvolvimento saudável e equilibrado, se este é o último recurso na salvaguarda dos seus direitos, então caber-lhes-á também assegurar a continuidade no período da transição para o exterior, a preservação efetiva dos vínculos criados, construindo com estes jovens projetos de vida que proporcionem o acesso a oportunidades diferenciadas, num processo sustentado pela manutenção de referências que os ajudem a ultrapassar novas e complexas exigências.

Na expectativa de que outras instituições venham a incorporar esta dimensão nas suas intervenções, com vista à desejada desinstitucionalização bem-sucedida, esta brochura reúne a reflexão feita acerca da matéria, os testemunhos e alguns resultados da experiência realizada.

Isabel Mota
Administradora FCG

1 - Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro.



Transições juvenis num contexto de (pós-)acolhimento

Maria João Leote de Carvalho e Hugo Cruz

«As experiências afetivas ocorridas na infância revelam-se de extrema importância para o desenvolvimento do sujeito e muito particularmente de um sentido interno de segurança pessoal, não podemos descuidar os diferentes contextos de vinculação que o sujeito vai percorrendo ao longo do ciclo de vida e o impacto que estes poderão ter na transformação de modelos construídos acerca de si próprio e do mundo» (Matos & Costa, 1996, p. 51).

Qual o papel reservado às instituições de acolhimento após o termo da execução da medida de promoção e proteção e saída dos jovens para o exterior? Como tornar o acompanhamento pós-institucional de crianças e jovens uma realidade? Que recursos acionar e quais as estratégias a seguir para atingir este fim? O Centro de Acolhimento Temporário Casa do Canto, em Ansião, identificou e decidiu aprofundar estes desafios através da execução do Projeto «Project'Arte» apoiado, desde 2012, pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do Programa Crianças e Jovens.

Assente numa forte componente de inovação, que rompe com a prática tradicional no sistema de promoção e proteção, esta equipa construiu, implementou e vem a avaliar uma resposta especificamente vocacionada para a transição e acompanhamento na comunidade à medida que as jovens cessam a medida de acolhimento. Na base da intervenção está uma mudança paradigmática na visão sobre o seu papel técnico neste processo, o que levou à transformação e consolidação da própria instituição como centro de recursos central na rede de suporte das jovens pela criação da *Estrutura de Apoio e Acompanhamento da Casa do Canto*. Na sua origem, a necessidade de promoção de um processo de autonomização assente numa rede de suporte familiar e social que assegure uma transição para o exterior consolidada e adequada às necessidades, interesses e expectativas de cada jovem. O texto que nos propõem nesta brochura é uma breve, mas consistente, reflexão sobre alguns dos caminhos trilhados neste projeto, abrindo portas para uma discussão que é absolutamente fulcral incrementar, tanto do ponto de vista social como científico, sobre a natureza das transições juvenis em contexto de acolhimento. É um desafio complexo que remete para a eficácia e sucesso da execução das medidas de promoção e proteção

num tempo atravessado por uma consciência social crescente sobre as dificuldades de obtenção do estatuto de adulto, que resultam no adiamento do reconhecimento da maturidade social (Pappámikail, 2010; Galland, 2011).

A citação de abertura para este texto não é, obviamente, uma opção aleatória. Quando se fala da transição de jovens de uma situação de acolhimento em instituição para o exterior, sobretudo para autonomia de vida, emerge a necessidade de atender às formas individuais como este processo é vivido e resolvido em função de vários determinantes, como os padrões de vinculação, as condições instrumentais de vida, o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, entre outros. Os laços entre o jovem, família e a instituição constituem a trama mestra que enforma este processo e a sua relação tem sido pouco estudada (Gaspar, 2014).

A saída da instituição constitui sempre um momento de rutura, de separação que pode reativar momentos anteriores do trajeto de vida das crianças e jovens e criar fortes impasses no desenvolvimento de um sentido de segurança pessoal que lhes permita fazer frente aos desafios de retorno à família de origem e/ou de autonomização. De um adulto espera-se o estabelecimento de relações estáveis, estruturadas e saudáveis, e o desenvolvimento de competências no domínio da autoavaliação, planeamento da vida a longo prazo, num plano de autorregulação e equilíbrio entre as componentes emocionais e cognitivas. Muitos dos jovens acolhidos em instituição não têm referências positivas da infância que remetam para modelos de adultos na família com estas

características. As situações traumáticas vividas no seu passado (e até no presente) têm impactos inegáveis no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e comportamental e projetam-se, muitas vezes, no futuro.

De uma forma geral, uma transição no ciclo vital humano implica acontecimentos de vida que colocam o indivíduo em crise – estrutural, funcional e emocional – no seu sistema pessoal; uma mudança nos pressupostos de si próprio e sobre o mundo que requer uma correspondente mudança no próprio comportamento e relação (Campos, 1993). Dentro dos diversos contextos de vida, estes pressupostos podem ser categorizados como normativos e não normativos, ou seja, esperados e previsíveis, ou pelo contrário inesperados e imprevisíveis. As transições juvenis assentam numa adaptação a um acontecimento normativo, com tarefas inerentes expectáveis, sendo que a especificidade de tal se verificar num contexto de acolhimento confere a esta vivência aspetos não normativos e, por isso, com um grau de exigência maior. Lidar com tudo o que implicam exige um conjunto de reorganizações pessoais e relacionais, mais ou menos profundas, consoante as características do indivíduo e do tecido social onde se insere. Devem ser encaradas como fases que tomam diferentes formatos ao longo da vida concretizando-se em desafios distintos, potenciadoras de desenvolvimento na perspetiva «de reorganizações qualitativas dentro e entre sistemas biológico, emocional, cognitivo, comportamental e social, com base em processos

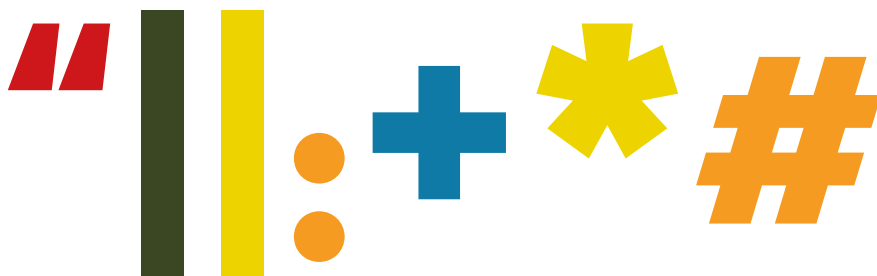
de diferenciação e subsequente articulação, integração hierárquica e (re)organização» (Soares, 2000, p. 20).

A grande tarefa a resolver por um adolescente no sentido de ser um jovem adulto autónomo, passa incontornavelmente, pela resolução do processo de separação-individação. Para construir a identidade autónoma o jovem necessita de um afastamento da família de origem no sentido de perceber quem é e como funciona. Para esta tarefa é muito importante a existência de uma base segura que sirva de referência na construção identitária, situação que se complexifica nos jovens acolhidos em instituição onde a família tende a não corresponder a este modelo recaindo nas equipas técnica e educativa a função de assegurar este papel. A ausência de uma efetiva retaguarda familiar ou rede social de apoio na comunidade de origem é o maior constrangimento que atravessa os quadros de vida destas crianças e jovens e que está na base da aplicação da medida de acolhimento em instituição (Martins, 2004). A transição progressiva para o exterior tem que ser trabalhada de dentro para fora da instituição e a sua qualidade e eficácia dependem da coesão e da estrutura de planeamento, ou seja, da importância que se dá ao trabalho diário, às atividades e aos programas oferecidos no microsistema institucional (Carvalho & Cruz, 2015). É a partir de uma plataforma de vinculação segura que um indivíduo atinge a segurança necessária para explorar o mundo que o rodeia, conhecendo-se neste processo a si e ao outro. Contudo, esta tarefa tem assumido, nas últimas décadas na sociedade

ocidental, diferentes contornos. Desde o final do século XX que as transições juvenis são mais incertas e complexas. Desde logo, os jovens devem permanecer integrados no sistema de ensino durante mais tempo na procura de graus de formação mais elevados, atrasando a sua integração no mercado de trabalho que, por sua vez, se tornou simultaneamente mais exigente do ponto de vista das habilitações, mas também mais precário e instável em termos de previsibilidade e planeamento de carreira. A flexibilidade é, cada vez mais, uma exigência do tempo presente aliada à capacidade de gestão permanente de imprevistos, incertezas e riscos. Estes fatores acabam por se refletir, em muitos casos, num maior grau de dependência relativamente à família de origem e por mais tempo. É hoje comum os jovens saírem de casa dos pais apenas no final dos estudos e/ou em situações, tendencialmente mais escassas, de integração profissional consistente. São realidades com contornos muito significativos na sociedade portuguesa em comparação com outros países europeus (Pappámikail, 2010). A chamada *geração boomerang*, assim genericamente designada nos Estados Unidos da América, é um reflexo das dinâmicas e mudanças sociais na contemporaneidade, fruto do presente momento histórico caracterizado por uma instabilidade social e transformação no mercado de trabalho, o que obriga, muitas vezes, os jovens a voltarem a necessitar do apoio dos pais e a retornarem a casa da família de origem ou a ela solicitarem um conjunto de diferentes apoios sociais e financeiros.

Vive-se, por isso, uma autonomização mais tardia, aos mais diversos níveis, por parte dos jovens adultos em comparação com um passado relativamente recente. Perante os novos contornos da realidade social, se existem obstáculos e maiores dificuldades nas transições juvenis de uma forma geral é de esperar que os jovens acolhidos em instituição tenham de enfrentar os mesmos e acrescidos problemas de especial complexidade decorrentes da sua situação específica de afastamento da família de origem na transição pós-acolhimento. A principal questão é saber se todos os jovens que viveram numa ou em várias instituições, durante larga parte da sua ainda curta vida, reúnem as condições para seguir em frente sem qualquer enquadramento ou oportunidade de manter algum suporte do sistema. Não constituirá esta exigência uma contradição e desigualdade

de oportunidades relativamente aqueles que não estiveram privados de crescer em ambiente familiar? Esta é uma questão que urge tornar visível e discutir mais profundamente pela responsabilidade que Estado e comunidades têm que assumir nos percursos daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade pessoal e social. Vários estudos nacionais e internacionais apontam que muitos jovens, no momento de saída das instituições, não estão preparados para uma vida ativa, autónoma e independente (Martins, 2004; Gomes, 2005; Gaspar, 2014), tal como acontece no seio de muitas famílias com filhos das mesmas idades. Tendo em conta os seus percursos de vida, vários estudos alertam para o facto de situações de negligência, abusos e maus tratos vividas na infância e juventude serem um indicador que dificulta o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e



comportamentais essenciais num processo de autonomização (Rosemary & Madelyn, 2009; Stott, 2013; Oşvat & Marc, 2013). Desde logo, é indispensável perceber que a própria situação de acolhimento residencial pode ser contraproducente no que se refere à criação de condições que geram uma estrutura após a saída, revelando o jovem, muitas vezes, uma rede de suporte social muito frágil ou até inexistente. As condições do acolhimento podem, de certa forma, inibir o desenvolvimento da autonomia centrando-se acima de tudo na dimensão da proteção deste jovem. Assim, numa situação de pós-acolhimento, o jovem tem ainda que gerir as ideias preconcebidas relativamente a indivíduos que estiveram integrados no sistema de promoção e proteção e que ativam os medos inerentes a uma transição desta natureza. Apesar deste enquadramento, a situação destes jovens, sendo socialmente complexa, não é, felizmente, irreversível. É desejável que, no âmbito da execução de uma medida de promoção e proteção, seja desenvolvida uma intervenção que intencionalmente estimule a autonomia tendo em conta as características específicas dos percursos de vida das crianças e jovens considerando cada caso em particular. Existe um conjunto de recomendações unanimemente apontadas por diversas investigações que constituem uma inspiração relevante para trabalhar a transição no pós-acolhimento (Martins, 2004; Gomes, 2005; Gaspar, 2014; Carvalho & Cruz, 2015).

É muito importante que, ao longo do tempo em que crianças e jovens estão acolhidas em instituição, e de acordo com a sua situação jurídica, sejam estimuladas relações com pessoas externas ao sistema: amigos, família alargada, outros adultos significativos da comunidade. Neste sentido, defende-se que, em vez de independência que passe a usar o conceito de interdependência, considerando que no momento de saída da instituição o jovem estará necessariamente interdependente de outros, como qualquer outro jovem de idade similar (Rosemary & Madelyn, 2009). Este reposicionamento requer mudanças do ponto de vista das políticas públicas neste domínio. Um aspeto basilar é que o apoio a estes jovens seja garantido no tempo, permitindo uma transição faseada e mais adequada, nomeadamente, pela constituição e reforço de uma rede de suporte social, incluindo familiar, que se constitua como uma efetiva retaguarda relacional e instrumental. Necessidades relacionadas com habitação, educação, saúde e emprego são das mais prementes nesta fase. A existência deste pilar é crucial para que os fins da execução da medida de promoção e proteção aplicada possam ser assegurados com a plena integração social, construída no quotidiano e em permanência, desde a sua entrada na instituição. Neste sentido, a saída e a fase pós-acolhimento têm de ser entendidas como uma experiência integradora em *continuum* que leva à reconstrução permanente de experiências pessoais, gerida em torno das expectativas e possibilidades de agir



do jovem relativamente ao seu futuro nos mais diversos campos da vida social. A dinâmica conflitual e dificilmente harmoniosa entre dependência e autonomia, entre individual e social coloca às instituições um conjunto de desafios sobre o papel a assumir em fase pós-acolhimento.

Aos jovens acolhidos em instituição tende a ser exigido um esforço acrescido para ultrapassar as barreiras que se levantam no acesso a diversos campos sociais (habitação, educação, mercado de trabalho entre outros) pela acumulação de vulnerabilidades que sofreram nas suas vidas. Para muitos, a transição para a vida adulta tende a acontecer mais cedo do que para a maioria dos pares da mesma idade, mas de diferentes origens sociais. Esta situação é agravada em contextos marcados pela crise económica, pelo aumento das taxas de desemprego, de pobreza e de exclusão social entre os jovens, tal como tem vindo a acontecer em Portugal (Carvalho & Cruz, 2015).

Um elemento relevante no centro desta discussão prende-se com a idade. Mais vezes do que seria desejável, parece estar difundida a ideia de que, pelo facto de se ter atingido a maioridade civil, aos 18 anos, os problemas e obstáculos são de pronto ultrapassados pela mera transição de um estatuto jurídico de «*menor*» para o de «*adulto*». Esta situação justifica, em larga medida, a fraca visibilidade da discussão e interesse sobre esta matéria (Gaspar, 2014), por se assumir, à partida, que se trata de um problema de adultos, desvalorizando-se os contornos específicos dos percursos e

vivências em respostas sociais reservadas pelo Estado aos casos mais graves de vulnerabilidade e perigo social vividos na infância e juventude. Estudos recentes sobre o sistema nacional revelam que a entrada e a saída da instituição, o abandono da família e as amizades com técnicos e pares na instituição são os momentos mais marcantes na vida dos jovens em acolhimento (Gomes, 2005; Gaspar, 2014). No entanto, fica também claro que a instituição tende a ‘desaparecer’ das vidas de muitos dos jovens acolhidos sendo reduzidas as possibilidades de manutenção de contactos e afetos com técnicos e pares (Gomes, 2005). Se é verdade que, num misto de sentimentos contraditórios e ambivalentes em relação à família e à instituição, no momento da saída, muitos jovens desejam e procuram tornar efetivo o afastamento à instituição, verbalizando frequentemente querer alcançar maior liberdade, também é verdade que, em muitos casos, é à instituição, isto é, aos adultos e aos seus pares, que tendem a voltar num primeiro momento de necessidade de contacto, de suporte ou apoio material ou afetivo.

Importa reconhecer que, informalmente, muitas instituições e técnicos acabam por fazer o acompanhamento pós-acolhimento e assegurar, da melhor forma possível, que os laços estabelecidos continuem a ser promotores do desenvolvimento dos jovens e a mais adequada integração social. Vários estudos com jovens colocados em instituições revelam que o período de vivência no seio das mesmas foi o melhor período da sua infância e





juventude, nas palavras dos próprios, o que releva o papel cometido às equipas técnicas e educativas de reorganização de laços afetivos e da vinculação, que permanecem e se desenvolvem em diferentes direções após a sua saída para o exterior (Arpini, 2003). Neste âmbito, importa não descurar a relação entre pares, que ao ser mantida em fase pós-acolhimento pode também, por si mesma, vir a constituir um recurso de grande valor para o trabalho institucional.

Os adultos que exercem funções numa instituição, assumindo o seu papel de cuidadores, são decisivos e responsáveis pela construção de um mundo interior securizante em cada jovem devendo os mesmos ter a noção que não são completamente neutros: as suas ações estão ancoradas num quadro de valores existenciais e quem intervém deve ser ética e socialmente comprometido com o impacto e os resultados produzidos. A promoção da confiança

é um fator chave (Hawkins-Rodgers, 2007). É, pois, essencial a existência de um adulto de referência, significativo para o jovem, relação que deve ser desenvolvida ao longo do processo de acolhimento e não apenas de forma estruturada no momento da saída. É igualmente importante que a criança e jovem tenha acesso a outras formas de se relacionar e outros membros e estruturas da comunidade além da instituição, para que possa existir outro tipo de referências e se dê espaço ao desenvolvimento de confiança no outro e de esperança no futuro, contrariando a desconfiança básica justificada pelas situações vivenciadas. A falta de investimento dos outros (família nuclear, família alargada, outros adultos significativos) pode inibir o desenvolvimento social e económico na vida adulta. Deve constituir objetivo do trabalho no microsistema institucional que esta perceção seja enfraquecida e não bloqueie o desenvolvimento de

recursos internos e externos que os jovens adultos necessitam. Para este fim, é significativa a criação de suportes à (re)construção das memórias de cada jovem (portefólio, livros, textos, álbuns de imagens, entre outros), em especial dos ‘espaços em branco’ na sua vida para que possam ser trabalhados ao nível da gestão de sentimentos e emoções (Gaspar, 2014). O desenvolvimento de autoestima e de esperança no futuro acontece na relação com os outros pelo que, no pós-acolhimento, deve ser possível, com o apoio adequado, ter a possibilidade de ter alguém, a quem se possa pedir ajuda para resolver impasses, obter conselhos, saber como ter dinheiro emprestado para a renda ou outras necessidades, ser convidado para jantar, passar férias ou festejar uma data importante como acontece com qualquer outro jovem. Não se pode deixar de questionar que são exatamente os jovens mais vulneráveis na sociedade portuguesa aqueles a quem, muitas vezes, o sistema acaba por fragilizar ainda mais com respostas rígidas e formatadas, sem ter em conta a individualidade das necessidades colocadas em causa.

A transição dos jovens para uma fase pós-acolhimento é, pois, um enorme repto não só dirigido a todos os que intervêm diretamente nesta área, mas também, de modo especial, às famílias e comunidades. É um desafio atual e pertinente, com especificidades próprias que decorrem da complexificação da vida social e do alongamento da fase da juventude no tempo presente (Galland, 2003; Pappamikail, 2010). Não se trata só de pensar que esta transição é assegurada apenas por uma inserção

profissional ou continuidade de estudos e formação; pelo contrário, tem de ser pensada em função de um leque muito diverso de necessidades pessoais e sociais constituídas em termos relacionais. Menos ainda pode ser considerada numa forma de perpetuação indefinida da dependência do jovem relativamente à instituição; a sua autonomização e o desenvolvimento de relações saudáveis são os objetivos a atingir.

As instituições de acolhimento, no âmbito do que é a sua missão, têm de potenciar ambientes de vida com base na estabilidade relacional, funcional e instrumental, tentando preparar as crianças e os jovens para os desafios que os processos de transição, muito especificamente para a autonomia e idade adulta exigem. Estes desafios devem ser encarados por todos os intervenientes numa perspetiva construtiva como potenciadores de mudança e oportunidades, como tempos e espaços que visam o crescimento pessoal e o desenvolvimento de adultos mais capazes de lidar com a participação na vida social. Um investimento sério no acompanhamento pós-institucional é uma medida preventiva com elevado retorno assegurado pelos resultados que traz tanto a nível individual como societal. Deste modo, termina-se este texto desejando que a experiência da Casa do Canto possa servir de inspiração a outras equipas e instituições que, no seu quotidiano, se deparam com dificuldades e desafios similares na intervenção que desenvolvem com jovens que acolhem.



Referências bibliográficas

Arpini, M. D. (2003). Pensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), pp. 70-75.

Campos, B.P. (1993). Consulta Psicológica nas Transições Desenvolvimentais. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 9, pp. 5-9.

Carvalho, M.J.L. (2015). «Rehabilitating and educating for responsible autonomy: two sides of a path to personal and social well-being». In R. Carneiro (Ed.). *Youth, offense and well-being: Can science enlighten policy?* Lisboa: CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pp.-227-252.

Carvalho, M.J.L. & Cruz, H. (2015). «Promoção da Autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição». In Carvalho, M.J.L.; Cruz, H. & Salgueiro, A. (Eds.) *Autonomia: desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, pp. 4-15.

Galland, O. (2011). *Sociologie de la Jeunesse*. 5.e edition, Paris: Armand Colin.

Gaspar, J. (2014). *Os Desafios da Autonomização: Estudo Compreensivo dos Processos de Transição para Diferentes Contextos de Vida, na Perspetiva de Adultos e Jovens Adultos Ex-Institucionalizados*. Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Gomes, M.P. (Coord.) (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude*. Centro de Estudos Territoriais do ISCTE – IUL (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa Lisboa: Instituto de Segurança Social, IP).

Hawkins-Rodgers, Y. (2007). Adolescents adjusting to a group home environment: a residential care model of reorganizing attachment behavior and building resiliency. *Children and Youth Services Review*, 29, pp. 1131-1141.

Martins, P.C. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco representações sociais, modos e espaços.* Tese de doutoramento em Estudos da Criança Braga: Universidade do Minho.

Matos, P.M. & Costa, M.E. (1996). Vinculação e Processos Desenvolvimentais nos Jovens e Adultos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, pp. 45-54.

Oşvat, C. & Marc, C. (2013). The Socio Professional Integration of the Institutionalized Youngsters. *Revista de Asistentă Socială*, pp. 113-124.

Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e Sociologia, *Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XX, pp. 395-410.

Rosemary, J.A. & Madelyn, F. (2009). You're all grown up now: Termination of foster care support at age 18. *Journal of Adolescence*, 32, pp. 247-257.

Soares, I. (2000). «Introdução à Psicopatologia do Desenvolvimento: questões teóricas e de investigação». In Soares, I. (Coord.) *Psicopatologia do Desenvolvimento: trajetórias (in)adaptativas ao longo da vida.* Coimbra: Quarteto Editora.

Stott, T. (2013). Transitioning youth: Policies and outcomes. *Children and Youth Services Review* 35, pp. 218-227.



Estrutura de Apoio e Acompanhamento da Casa do Canto

Processos e práticas de promoção da autonomia após o acolhimento

«Quando saímos cá para fora, o Mundo já não é o mesmo. O Mundo muda a cada minuto, se não for segundo; e nós estando dentro de um espaço fechado, por mais que tenhamos saídas para a escola e etc., nunca sabemos o que ele realmente é. Nem os nossos pais às vezes sabem como lidar com os problemas, quanto mais nós, e com o fator negativo de termos estado afastados da pura realidade.»

Testemunho de uma jovem que integra a Estrutura de Apoio e Acompanhamento
(agosto, 2013)

Autores

Maria do Rosário Pinheiro, Cristina Velho, Carla Palaio, Laura Santos, Pedro Fadigas, Sónia Santos, Catarina Guerra, João Oliveira e Paulo Guerra.

Projeto «Projet'Ar-te – Desafios para a Mudança no Sistema de Acolhimento»

Centro de Acolhimento Temporário Casa do Canto
Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família – CrescerSer
Chão de Couce, Ansião, 2015

Introdução

As necessidades de apoio psicossocial e de orientação socioeducativa das crianças e jovens

em acolhimento não cessam de um dia para o outro, não diminuem porque a jovem completa os 18 anos, nem findam com a *saída da casa*. Apesar do *tão desejado dia*, por vezes as expectativas das jovens parecem mais elevadas que as suas competências, rapidamente os desafios *lá fora* se apresentam maiores que os seus recursos pessoais, e as suas necessidades sociais depressa revelam toda a importância da organização, perceção e efetivação da rede de suporte social, familiar e comunitária, da jovem.

Com o objetivo de superar dificuldades e garantir **uma saída mais segura** do sistema de acolhimento, a Casa do Canto preconiza o desenvolvimento de competências desde o primeiro dia de acolhimento

de cada jovem, com a aplicação de um **Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida**. Este programa desenvolve-se no período de seis meses e incide no desenvolvimento de competências no domínio da regulação emocional e das competências pessoais e sociais. A implementação deste programa permite que sejam dadas a todas as jovens as mesmas oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de aptidões para enfrentar o futuro.

O impacto deste projeto situa-se na garantia de uma **saída mais segura** do acolhimento institucional, ou seja, uma saída na qual se garante à jovem a possibilidade de manutenção dos laços afetivos com a Casa e o acesso a apoios sempre que os desejar, contribuindo-se assim, para a continuação dos processos de autonomização e integração social das jovens.

Garantir uma saída mais segura do sistema de acolhimento (a saída da casa), acompanhar o processo de transição para um novo estilo de vida orientado para a autonomia e integrar a rede de suporte social percebido pelas jovens, são linhas orientadoras da atuação da **Estrutura de Apoio e Acompanhamento da Casa do Canto ESAAC, uma resposta institucional de suporte às jovens após o seu acolhimento**.

A ESAAC – da Casa do Canto, deve ser entendida como uma oportunidade prolongamento e representação da presença institucional que acolheu a jovem. À semelhança do que acontece quando há emancipação familiar, é uma oportunidade de manutenção dos laços afetivos que, embora

possam ser recentes e de curta duração, são entendidos como responsáveis e consequentes e, por isso, capazes de assegurarem as condições necessárias à continuidade do desenvolvimento da autonomia da jovem de acordo com o seu projeto de vida.

Conforme expressa o documento de referência internacional «Quality4Children – Normas de Acolhimento de Crianças Fora da sua Família Biológica na Europa» (FICE, IFCO & Aldeias Infantis SOS, 2007) **o entendimento de que o processo de finalização do acolhimento deve ser planificado e implementado de forma exaustiva** é uma das quatro normas fundamentais para a qualificação do acolhimento de crianças e jovens no espaço europeu. Neste documento ainda constam mais três exigências de **qualidade do processo de transição que nos nortearam**: A comunicação no processo de finalização do acolhimento é levada a cabo de forma útil e adequada; A criança e/ou jovem tem plenos direitos para participar no processo de finalização do acolhimento; Garante-se o acompanhamento, o apoio contínuo e as possibilidades de contacto. Subjacente a estas recomendações e outras de relevo internacional (REC, 2005; Eurochild, 2010) e nacionais (CID, 2005; Plano DOM, 2007; Plano SERE+, 2012) está a convicção de que é necessário desde o primeiro momento do acolhimento começar a pensar na desinstitucionalização da criança ou jovem, como garante da efetivação dos Direitos da Criança. **A diminuição do tempo de permanência em instituição poderá passar certamente, estamos convictos, pela inovação de respostas sociais de**

apoio e acompanhamento do projeto de vida dos jovens, passando obrigatoriamente por apoiar a transição para a saída do acolhimento.

De facto a saída do sistema de acolhimento pode ser uma verdadeira transição de vida, uma vez que é uma situação que coloca desafios, requer na maior parte das vezes mudanças nos padrões de comportamento, e pode envolver, em separado ou em simultâneo, ganhos e perdas. Considera-se que estamos perante uma situação de transição quando um acontecimento (ou a sua ausência) produz mudanças a nível dos relacionamentos, das rotinas, dos papéis do indivíduo, afeta a ideia ou o conceito acerca de si e/ou do mundo que o rodeia (Schlossberg, Waters & Goodman, 1995). São os desafios, pressões e exigências próprios de um processo de transição de vida, em que o estilo de vida se altera porque há acontecimentos que são geradores de mudança ao nível das rotinas, dos papéis, dos relacionamentos interpessoais e da perceção acerca de si e do mundo, em que as necessidades sociais de integração, reforço do valor,

vinculação e orientação se intensificam (Pinheiro, 2003, 2004). **Como transição, a saída do sistema de acolhimento, para ser um processo de qualidade para a vida, requer vivências adaptativas, geradoras de bem estar, de saúde e de satisfação individual em relação ao próprio e ao contexto familiar, social, escolar ou laboral, conforme a jovem e o seu projeto de vida.** Neste sentido, orientar uma transição consiste sobretudo num trabalho de ajudar o próprio a maximizar os aspetos positivos e a minimizar os aspetos negativos do impacto da transição (Pinheiro, 2004). Pensar na transição que é a «saída da casa», como é frequente ouvir no dizer das jovens, significa pensar em cada jovem como um indivíduo em mudança, ator e autor do seu processo educativo, desenvolvimental e ecológico, e que o **processo de adaptação** se pode prolongar, pelo que o ideal é que seja **tecnicamente acompanhado**.

O objetivo deste trabalho é dar a conhecer a experiência piloto da ESAAC, realizada no âmbito do projeto **Projet'Ar-te: Desafios para a Mudança no Sistema de Acolhimento**, que decorreu entre



setembro de 2012 e agosto de 2015, ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Humano – «Crianças e Jovens em Risco» da Fundação Calouste Gulbenkian.

1. CrescerSer e Casa do Canto

A Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (APDMF) – CrescerSer – sediada em Lisboa, foi formalmente constituída em 1986, sendo que, na sua **Visão**, pode ler-se: «Nós imaginamos um mundo onde todas as crianças e jovens têm reconhecidos e garantidos todos os seus Direitos». Tem sido sua **Missão**: (i) Promover e divulgar os direitos da Criança e do jovem e (ii) Acolher crianças vítimas de maus-tratos e perspetivar com elas e as suas famílias o seu projeto de vida e sua autonomia, preconizando entre os seus **Valores**: *Garantir a qualidade no acolhimento de cada Criança e Jovem e Promover soluções inovadoras e criativas a favor das Crianças e Jovens.*

A Casa do Canto com autonomia funcional, com acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social (ISS), é um dos sete equipamentos da CrescerSer, que se destina ao acolhimento de 23 jovens do sexo feminino, com idades compreendidas entre os doze e os dezoito/vinte e um anos que, por se encontrarem em situação de perigo, são acolhidas em meio institucional. Desde o início da sua atividade a 27 de setembro de 2007 até à atualidade, a Casa do Canto promoveu a concretização da medida de promoção e proteção «Acolhimento em instituição» (art. 35.º, da Lei 147/99 de 1 de Setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – LPCJP), junto de 113 jovens. A Casa do Canto procura garantir os cuidados adequados às necessidades das jovens

e proporcionar condições que promovam os seus direitos, reconhecendo-as enquanto sujeitos participativos, intervenientes no seu próprio processo de crescimento e desenvolvimento pessoal, social e cívico (Guerra, Palaio & Velho, 2014).

2. Projet'Ar-te: Visão, Abordagem e Estrutura

O projeto de intervenção psicossocial e socioeducativo **Projet'Ar-te** resultou de uma candidatura do Centro de Acolhimento Temporário Casa do Canto, situado na localidade de Chão de Couce, concelho de Ansião e pertencente à Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (APDMF) – **CrescerSer** – à Fundação Calouste Gulbenkian. Este projeto integra a visão e a missão da sua organização de pertença, assentando na promoção dos direitos das jovens acolhidas, do seu projeto de vida e da sua autonomia.

É **finalidade** do projeto promover e acompanhar o processo de autonomia de vida das jovens, durante e após o acolhimento na Casa do Canto. Os seus **objetivos** são (i) reforçar o desenvolvimento da regulação emocional e das competências pessoais e sociais em jovens acolhidas e (ii) promover o acompanhamento das jovens após a sua saída da instituição.

Finalidade e objetivos concretizam-se, respetivamente, em **dois grandes eixos de atuação**: (I) **O Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida**, e (II) **ESAAC** (Figura 1). O **Projet'Ar-te** destina-se a todas as jovens acolhidas na Casa do Canto, com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos, bem com às jovens cuja medida de acolhimento em instituição cessou, e que desejaram

voluntariamente aderir à Estrutura de Apoio e Acompanhamento. O impacto pretendido deste projeto situa-se na garantia da autonomia das jovens, independentemente do seu projeto de vida,

assegurando uma saída segura da instituição e uma melhor integração e funcionalidade na família e/ou comunidade.

Figura 1 – Eixos de atuação do Projet' Ar-te



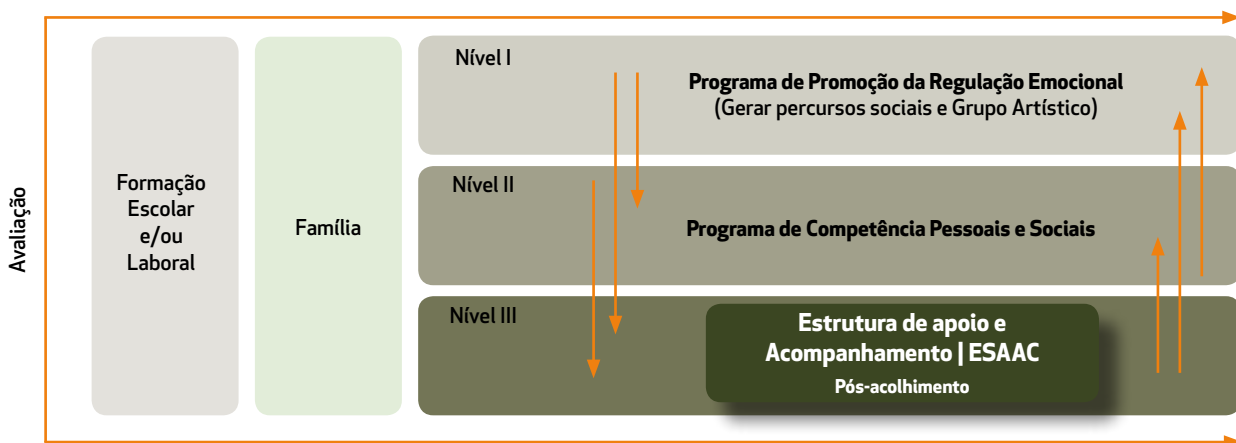
Os dois eixos de atuação do Projet'Ar-te estruturam-se em três níveis de intervenção interdependentes, que mantêm uma articulação lógica e temporalmente continuada entre si (Figura 2). No **Nível I**, a ênfase interventiva é colocada na **promoção da regulação emocional**, concretizando-se a possibilidade de as jovens realizarem o **Programa Gerar Percursos Sociais** (GPS; Rijo, Sousa, Lopes, Pereira, Vasconcelos, Mendonça *et al.*, 2007) ou o **Grupo**

Artístico (este último concebido para as jovens que não possuem os critérios de inclusão do programa). No **Nível II**, a ênfase interventiva é colocada na **promoção de competências pessoais e sociais**, e é operacionalizada no que se designa por **Programa de Competências Pessoais e Sociais**. No **Nível III**, o foco é a **preparação da saída segura do sistema de acolhimento e a reorganização da rede de suporte social**, com a adesão à **Estrutura de Apoio**

e **Acompanhamento – ESAAC**. Em cada nível, apesar do seu programa em foco, são desenvolvidas atividades representativas dos outros níveis. A título de exemplo, quando se desenvolve o Nível I (cujo

foco é a promoção da regulação emocional) existem atividades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais (Nível II) e de apresentação da estrutura de apoio e acompanhamento (Nível III).

Figura 2 – Níveis e componentes de intervenção



A **Formação Escolar e/ou Laboral** e a **Família**, por se tratarem de subsistemas de grande relevância no contexto de vida das jovens, são áreas transversais, pelo que são trabalhadas em todos os níveis do Projet'Ar-te. O Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida (Nível I e II) tem uma **duração prevista de 6 meses** e contempla as ações descritas no anexo 1. No final deste programa, as participantes que se mantêm acolhidas realizam as ações previstas no Nível III e as participantes que veem cessada a sua medida de acolhimento podem integrar a ESAAC, iniciando o respetivo

acompanhamento. Até à atualidade participaram no Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida, 48 jovens. Este programa prevê, após o seu término, a realização de **atividades de reforço das aprendizagens**, que se destinam a rever os componentes nucleares do programa junto das jovens e auxiliar as mesmas a manterem as competências adquiridas a longo prazo (Lizuka & Barrett, 2011). Estas atividades são opcionais, sendo que as áreas de intervenção são selecionadas de acordo com as necessidades específicas do grupo alvo.

3. Natureza, origem e fundamento do Projet'Ar-te enquanto Estrutura de Apoio e Acompanhamento

Os primeiros anos de funcionamento da Casa do Canto permitiram verificar que a maioria das jovens acolhidas apresentava défices e problemas ao nível social, emocional e comportamental, que comprometiam o seu projeto de vida, a sua independência e a vivência de uma cidadania ativa plena, consciente e responsável. Ao longo do período de acolhimento das jovens muitos destes problemas tiveram um impacto prejudicial no seu desempenho escolar, no bem-estar e na inserção social.

A reflexão sobre o trabalho realizado perspetivava a necessidade de mudança durante e após o acolhimento, atendendo a que desde a abertura da Casa do Canto (em 2007) até ao final do ano de 2012, período que antecedeu o início do Projet'Ar-te, foram acolhidas 60 jovens, constatando-se que 42% foram encaminhadas com sucesso, de acordo com o projeto de vida delineado e respeitando o tempo previsto de acolhimento, e 58% interromperam ou abandonaram o projeto de vida delineado. Após o acolhimento, algumas destas jovens evidenciaram graves dificuldades de integração social e inserção comunitária, o que subentendia que não desenvolviam no tempo previsto as necessárias competências pessoais e sociais com vista à sua autonomia, nem organizavam a sua rede social de suporte.

De facto, como referem Carvalho e Cruz (2015, p. 10) «a ausência de uma efetiva retaguarda familiar ou rede social de apoio na comunidade de origem

é um problema que atravessa os quadros de vida destas crianças e jovens», afetando a concretização dos projetos de vida e conseqüentemente os seus percursos de autonomização. A literatura revela ainda que existe a tendência para que as jovens acolhidas apresentem problemas em vários domínios do seu desenvolvimento e apresentem dificuldades de funcionalidade psicossocial (Martins, 2005), sobretudo ao nível da sua autonomia, revelando maiores necessidades de apoio nas suas atividades de vida diária (Veloso, 2014). Estudos recentes evidenciam especificamente que **o grau de satisfação com a vida das jovens acolhidas está positivamente relacionado com a autonomia geral e com a autonomia funcional** (Neves, 2011).

Se a filosofia da Associação e a organização da Casa sempre permitiram reduzir o impacto negativo de alguns dos referidos problemas, verificava-se que era muito importante **proporcionar novas vivências e modelos alternativos de funcionamento emocional e relacional que permitissem integrar, manter e transferir as novas aprendizagens**, promovendo-se, assim, o desenvolvimento pessoal das jovens, o seu ajustamento social, o seu projeto de vida e a sua autonomização (CID, 2005). Apesar de todo o investimento institucional na superação dos referidos problemas das jovens a equipa da Casa do Canto recebia com alguma regularidade informações ou pedidos de ajuda provenientes das próprias jovens e/ou suas famílias, bem como da comunidade e/ou serviços, que revelavam dificuldades sentidas pelas jovens em diversos domínios, relacionados com situações de

gravidez na adolescência, suspeita de prostituição e de vida indigente e desconfiança de toxicodependência.

Ao considerar as problemáticas específicas, já descritas, que assistem as jovens durante e após o acolhimento, torna-se um desafio fundamental que as instituições de acolhimento disponham de **ferramentas e recursos para otimizar o desenvolvimento de competências de autonomia** (Del Valle & Zurita, 2000) no menor tempo possível, bem como apoiar as jovens para uma saída segura da instituição (CID, 2005; FICE, IFCO & Aldeias Infantis SOS, 2007; Gomes, 2010).

O acolhimento em instituição apesar de ser considerada «a medida de último recurso» (Carvalho & Cruz, 2015, p. 5) no quadro da promoção dos direitos dos jovens (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, 1999; Guerra & Bolieiro, 2009) assenta numa **ética da qualidade, da atenção individualizada e da busca de respostas normalizadoras que promovam a desinstitucionalização segura dos jovens, no menor tempo possível** (Del Valle & Zurita, 2000; Del Valle & Arteaga, 2009).

No que reporta ao pós-acolhimento, o estudo efetuado pelo Centro de Estudos Territoriais (Moura, Guerra & Costa, 2005) assinala que a maioria dos jovens que estiveram acolhidos referia que **a instituição «desaparecia» das suas vidas** após a sua autonomização. No caso das instituições de grande dimensão, quando os jovens tentavam retomar contacto e colmatar as suas necessidades afetivas com técnicos ou jovens da instituição, tal

não lhes era possível. Nas instituições de pequena dimensão, realizavam-se apoios pontuais. Os jovens relatavam ter sentimentos contraditórios após a sua institucionalização, por um lado, identificam a sensação de se libertarem do compromisso com a instituição, mas simultaneamente viviam a sensação de abandono e solidão. Neste sentido, investigadores como Moura, Guerra e Costa (2005) e Gomes (2010), sublinharam a necessidade de acompanhar os jovens após a sua institucionalização, para potenciar os ganhos e garantir o sucesso decorrente da intervenção durante o acolhimento.

O desafio de aumentar a eficácia de uma intervenção de promoção e proteção, que pretende de forma holística a integração social de crianças e jovens (na família, na escola, no trabalho e na comunidade) encontra resposta, nesta nossa experiência, na criação de uma estrutura de apoio e acompanhamento, baseada no estabelecimento de um serviço de suporte social em rede (a *social support network* nos termos definidos por Champion e Skinner em 2008) que pretende assegurar e maximizar a funcionalidade conquistada durante o processo de acolhimento em instituição, de modo a garantir a continuidade da promoção do bem-estar físico, psicológico e social das jovens. Conforme documentado na literatura este tipo de estruturas permitem aos seus participantes usufruírem, de uma forma sistemática e tecnicamente sustentada, dos efeitos reconhecidos do suporte social (a redução do impacto dos fatores *stressores* e dos acontecimentos stressantes e a promoção dos sentimentos de bem-estar e segurança individual)

por se «acreditar que temos pessoas que se interessam por nós e que tentarão ajudar-nos, se e quando necessitarmos» (Brock, Sarason, Sanghvi & Gurung, 1998, p. 6). Conforme sistematizam alguns autores (Berkman, Glass, Brissette & Seeman, 2000; Ferlander, 2007; Champion & Skinner, 2008), a propósito das relações entre suporte social e saúde em geral, a organização dos relacionamentos sociais é uma das funções importantes das relações sociais, seja porque promove a **integração social** (a manutenção da existência de laços sociais), seja porque **gera rede social** (a reorganização da teia de relações sociais que rodeia os indivíduos e que podem ou não disponibilizar suporte social ao mesmo tempo que podem ter outras funções), seja ainda porque **augmenta o capital social** (a criação e gestão de recursos e mesmo normas que surgem a partir de redes sociais e que geram relações entre os membros de uma comunidade, incluindo confiança, reciprocidade e compromisso cívico). No caso específico das jovens em acolhimento, potenciar os recursos internos e externos ao longo de um processo de mudança de estilo de vida, proporcionando às jovens integrarem uma nova rede de apoio, manterem-se afetivamente ligadas a um adulto de referência do Centro de Acolhimento (a que possam recorrer sempre que desejarem e necessitarem), participarem em atividades da instituição, e partilharem as suas vivências com outras jovens, da estrutura e em acolhimento, são formas de apoiar e acompanhar, que as poderão

tornar mais aptas a aumentarem o seu **capital social**, a substantificarem a sua **integração social** e a reorganizarem a sua **rede social, que lhes garanta suporte social a par de outras funções sociais como a interdependência, a confiança recíproca e os direitos e liberdades de cidadania.**

4. Estrutura de Apoio e Acompanhamento – ESAAC

4.1. O que se quer fazer? A Natureza da ESAAC

Tal como referimos anteriormente, a Estrutura de Apoio e Acompanhamento surgiu como resposta a uma necessidade identificada na Casa do Canto, respeitante à dificuldade em promover a autonomia e a desinstitucionalização bem-sucedida das jovens após a sua saída do Centro de Acolhimento. Para esses fins, promove-se a manutenção de uma relação de proximidade entre o adulto de referência e a jovem da Casa, com vista à manutenção de contactos regulares, de prestação de apoio psicossocial, suporte afetivo, formativo/laboral e vínculo à instituição promovendo a sua participação em atividades, mesmo após a cessação do seu acolhimento.

4.2. Onde se quer chegar? Objetivos, resultados esperados e respetivos indicadores

A metodologia de avaliação do Projet'Ar-te inclui diversas estratégias que procuram responder às necessidades de avaliação individual, grupal e organizacional (Kirkpatrick & Kirkpatrick, 2005). Assim, foram criados vários indicadores para os

diferentes níveis de intervenção. Os indicadores de eficácia da ESAAC são apresentados no Quadro 1 e são obtidos a partir da aplicação de questionários *online*, de uma entrevista telefónica semiestruturada

e de técnicas de avaliação estandardizada e, ainda, de técnicas qualitativas de estudo de trajetórias de vida das jovens.

Quadro 1 – Resultados esperados para a Estrutura de Apoio e de Acompanhamento

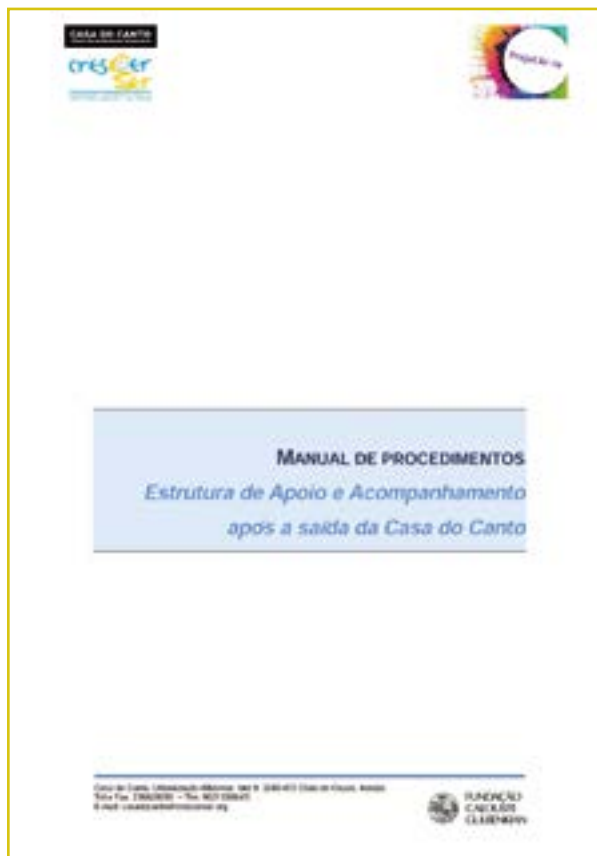
Solução	Resultados esperados	Indicadores
Estrutura de Apoio e Acompanhamento (ESAAC)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adesão de 75% das jovens ao compromisso de acompanhamento após a saída da Casa do Canto; 2. Que 50% das jovens percecionem a ESAAC como resposta de suporte social; 3. Satisfação das jovens relativamente aos apoios prestados. 	<ol style="list-style-type: none"> 1.1. N.º de jovens que aderiram à ESAAC desde o início do projeto; 2.1. N.º de jovens que identifiquem a ESAAC como resposta de apoio (dado recolhido a partir do Questionário eletrónico); 2.2. Número de jovens a quem foi prestado apoio; 3.1. Grau de satisfação (dado recolhido a partir do Questionário eletrónico); 3.2. Número de contactos efetuados.

4.3. Procedimentos de aplicação da ESAAC

Para implementar a ESAAC foram elaborados procedimentos específicos que constam no **Manual Técnico de Procedimentos** (Figura 3), que se destina

à equipa de colaboradores da ESAAC e pretende explicar de uma forma clara e objetiva a metodologia desta estrutura.

Figura 3 – Manual Técnico de Procedimentos



A Estrutura de Apoio e Acompanhamento dispõe de um conjunto de instrumentos de suporte à ação, nomeadamente:

- Manual Técnico de Procedimentos;
- Cronograma da ESAAC;
- Declaração de compromisso de adesão;
- Ficha de Identificação e contactos da jovem;
- Formulário de registo de contactos, diligências e interações relativas ao caso;

- Ofício de divulgação da ESAAC a outros serviços;
- *Dossiers* Técnico-Pedagógicos;
- Guiões de entrevista;
- Questionários de satisfação;
- Questionário de investigação;
- Base de dados informatizada¹.

1- A criação da base de dados informatizada cumpriu com todos os procedimentos éticos (mediante consentimento informado e garantia da confidencialidade dos dados) e orientações estabelecidas pela lei e normativos legais em vigor, conforme o seu registo na Comissão Nacional de Proteção de Dados.

4.4. A que se propõe a ESAAC?

Sendo a Estrutura de Apoio e Acompanhamento um recurso institucional de suporte às jovens após o acolhimento, tem na sua base **a manutenção dos vínculos construídos ao longo do período de acolhimento com um adulto de referência**, que de acordo com a vontade da jovem, poderá manter contactos regulares, presenciais ou à distância, a fim de lhe ser prestado apoio psicossocial, suporte afetivo, formativo/laboral e atividades formativas e lúdicas organizadas pela instituição. A sua atuação destina-se a todas as jovens que saem da Casa e que aderem voluntariamente, incluindo as que cessaram o acolhimento sem qualquer medida de Promoção e Proteção.

A criação desta Estrutura pretende tornar a instituição, não apenas uma **entidade institucional**, mas acima de tudo uma **entidade afetiva**.

O funcionamento da mesma segue uma **metodologia flexível e pouco invasiva** da vida da jovem, **com respeito pelas suas opções individuais, privacidade e liberdade da pessoa** enquanto detentora de direitos, com uma atuação assente na frontalidade e transparência.

Neste seguimento, a Casa do Canto através do funcionamento da Estrutura de Apoio e Acompanhamento pretende:

- Contribuir para uma cultura de colaboração com a jovem, no respeito pelos seus direitos, história de vida e visando a sua inserção comunitária;

- Promover um período de transição, após a institucionalização, menos difícil e doloroso;
- Dotar as jovens de recursos que facilitem o retorno à comunidade;
- Estabelecer uma relação contínua de apoio emocional e suporte social;
- Auxiliar no processo de tomada de decisão e capacitação;
- Aumentar a resiliência das jovens e capacitá-las para lidar com as dificuldades;
- Preparar as jovens para uma maior autonomia, independentemente do seu projeto de vida.

4.5. Como fazer? Metodologia, atividades e tarefas a realizar no âmbito da ESAAC

4.5.1. Atuação da ESAAC nos diferentes níveis do Projet'Ar-te

A preparação da saída das jovens da Casa do Canto e a sua integração na Estrutura de Apoio e Acompanhamento inicia-se no momento do seu acolhimento, com a sua participação no Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida, que contempla um conjunto de ações relacionadas com a formação e sensibilização para o apoio e acompanhamento após a saída, que se desenvolvem especificamente nos níveis I, II, III (Figura 4) com recurso a uma matriz de planificação (Anexo 2).

Figura 4 – Atuação da ESAAC nos diferentes níveis

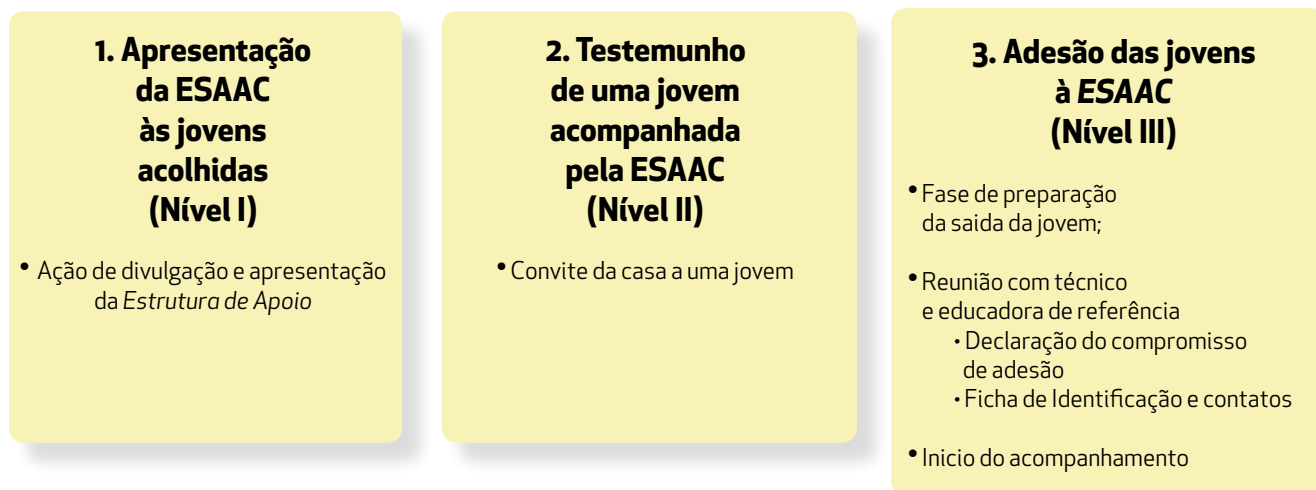


Figura 5 – Livro de Saída



4.5.2. Preparação da saída

No âmbito da dinâmica Casa e do Projeto, a preparação da saída da jovem e sua integração na nova realidade de vida sempre se constituiu como um procedimento a desenvolver. Com esse fim, o técnico de referência em conjunto com a jovem e/ou família define como será a inserção da mesma nos diferentes contextos de vida (familiar, escolar/laboral, saúde e comunitário) após a sua saída, de forma a serem agilizados os procedimentos necessários a uma boa integração.

A fim de assinalar a saída de cada jovem é realizado um jantar, lanche ou festa especial, onde se encontram presentes as jovens acolhidas, voluntários e colaboradores mais significativos. Nesse momento, são lembrados os acontecimentos mais marcantes, acentuando os aspetos positivos e fatores de esperança no seu futuro. É também oferecido um livro de saída (Figura 5), onde constam fotografias, dedicatórias e recordações referentes ao seu acolhimento.

4.5.3. Adesão das jovens à ESAAC

Na fase final do acolhimento de cada jovem, o técnico de referência é responsável por reunir com a mesma, com o objetivo de fazer o convite com vista a sua integração na Estrutura de Apoio e Acompanhamento. Quando as jovens menores de idade aceitam o acompanhamento, os técnicos reúnem também com a pessoa detentora da responsabilidade parental, com o objetivo de explicar os procedimentos inerentes ao acompanhamento após a saída. A jovem é também informada que a adesão pode ser interrompida a qualquer momento, consoante o desejo da mesma ou da pessoa detentora da responsabilidade parental.

A adesão é voluntária e formalizada através do preenchimento de uma declaração de compromisso, com base no consentimento informado, assinado pela jovem quando maior de idade e também pelo respetivo representante legal, quando esta é menor (Anexos 3 e 4). A jovem tem o direito de escolher o adulto que deseja que a acompanhe, o adulto de referência, podendo ser qualquer elemento da equipa técnica, educativa e de apoio da Casa. Deve também ser preenchida a ficha de identificação

(Anexo 5), da qual constam a morada e os respetivos contactos (telefone, telemóvel, email, redes sociais, etc.). Contactos que, após a sua efetivação, devem ser registados nas minutas de diligências e contactos (Anexo 6).

Sempre que necessário, e para a devida articulação, deve-se informar por escrito os técnicos gestores e/ou entidades, que acompanham o caso (ex. SATAI/CPCJ), através de ofício criado para o efeito (Anexo 7).

O adulto de referência, em conjunto com a jovem, devem planear e registar os objetivos e ações a realizar, que estão na base do devido acompanhamento, em minuta de planeamento de objetivos e ações a realizar (Anexo 8), e em tempo a definir, estes devem ser avaliados e redefinidos outros objetivos, se assim se considerar.

4.5.4. O processo de acompanhamento e a prestação de apoios após a saída da instituição

O acompanhamento deve ser desenvolvido pelo adulto de referência, responsável por realizar contactos presenciais e à distância. Se a jovem continuar integrada no Sistema de Promoção e



Proteção após a sua saída, é necessário articular com o Técnico(a) Gestor(a) de Caso (SATAI/CPCJ) os termos do acompanhamento prestado pela ESAAC, a fim de existir complementaridade na atuação. Sempre que uma jovem sai da Casa e posteriormente lhe é novamente aplicada uma medida de acolhimento institucional, a atuação da ESAAC fica temporariamente suspensa, de modo a evitar uma dupla intervenção institucional.

Nas situações em que as jovens da ESAAC não procuram o acompanhamento, o adulto de referência deve efetuar pelo menos **quatro contactos por ano** (Natal, Páscoa, Dia de Aniversário, Dia da Juventude) a fim de avaliar as necessidades de apoio da jovem e de se mostrar disponível. Em data a definir, os casos devem ser apresentados em reunião de equipa para uma melhor avaliação interdisciplinar.

Os **contactos à distância** devem ser efetuados através dos canais oficiais da instituição, via telefone, videoconferência, e-mail ou redes sociais.

Os **contactos presenciais** podem ser realizados através de atendimento individualizado na instituição, visitas domiciliárias e em atividades da instituição.

Os apoios prestados pela ESAAC são os seguintes:

- Apoio social (ex: entrega de bens, cedência de transporte, acompanhamento a serviços);
- Apoio afetivo (ex: telefonemas, aniversários, contacto em celebrações especiais, etc.);

- Aconselhamento (ex: ajuda a tomar decisões e a resolver problemas);
- Encaminhamento para serviços específicos (ex: Seg. Social, IEFP, CPCJ, Tribunal, etc.);
- Encaminhamento para escola ou formação profissional;
- Encaminhamento para serviços de saúde;
- Participação em ações formativas organizadas pela Casa do Canto;
- Participação em atividades recreativas (ex: campos de férias, festas e convívios).

Em caso de cessação, o elemento de referência deve elaborar o respetivo relatório explicando os respetivos motivos. A jovem poderá retomar o acompanhamento quando desejar.

Anualmente a ESAAC leva a cabo um convívio comemorativo do Dia da Juventude (dia 12 de agosto), no qual participam as jovens acolhidas, as que integram a ESAAC e os colaboradores da instituição. Este dia tem como objetivo reforçar os laços de afeto e a ligação à Casa e favorecer a partilha de experiências que decorrem antes e depois do acolhimento.

Além do convívio e das dinâmicas de grupo realizadas (Figura 6) é desenvolvido um grupo focal com as jovens da ESAAC (Figura 7). Esta ação tem como objetivo, obter o testemunho das jovens sobre a sua experiência pessoal de emancipação após a saída da Casa do Canto, a sua integração na família e na comunidade local e realizar um levantamento de necessidades.

Figura 6 – Painel de opinião Dia da Juventude Figura 7 – Grupo focal do Dia da Juventude



4.6. Com quê? Recursos humanos, materiais e financeiros

Para o efetivo desenvolvimento dos objetivos a que se propõe, a Casa do Canto possui uma **equipa técnica** constituída por uma diretora técnica licenciada em Sociologia, uma diretora adjunta licenciada em Ciências da Educação, duas técnicas licenciadas em Serviço Social, dois em Psicologia e uma em Política Social. Dois elementos desta equipa, uma psicóloga e uma educadora social, foram contratadas no âmbito do projeto.

Dispõe também de uma **equipa educativa** constituída por onze ajudantes de ação educativa, uma **equipa de apoio** que compreende duas funcionárias da cozinha, uma auxiliar de serviços gerais, uma administrativa e uma contabilista.

A realização deste projeto deve-se ao apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, de acordo com o orçamento contratualizado. A equipa de acompanhamento da Fundação contribuiu para que o projeto se mantivesse centrado nos seus objetivos e assegurou de forma continuada



a divulgação dos conteúdos dos diversos projetos apoiados no âmbito do «Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano - Crianças e Jovens em Risco».

A Casa do Canto não contou com um orçamento próprio para a execução do projeto, no entanto disponibilizou recursos humanos e materiais próprios da Casa. As diversas parcerias e colaborações realizadas com diversas entidades locais permitiram disponibilizar, cedência de espaços, redução de taxas e colaborações pontuais em ações dinamizadas pelo projeto.

O projeto usufruiu também de uma Comissão de Avaliação Externa, constituída por três docentes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, cujos relatórios semestrais, reforçaram as mais-valias e sugeriram propostas de melhoria.

4.7. Para quem? Participantes na ESAAC

A ESAAC destina-se a todas as jovens que integraram o Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida e cuja medida de acolhimento em instituição cessou, bem como às jovens que foram acolhidas na Casa antes do início

do Projeto e que desejaram voluntariamente aderir à Estrutura de Apoio e Acompanhamento.

A ESAAC integra atualmente um **total de 36 jovens** do género feminino. O Quadro 2 apresenta as jovens subdivididas em dois grupos, um respeitante às que aderiram à ESAAC após terem realizado os Eixos I e II do Projet'Ar-Te (n=20) e o outro composto pelas jovens que entraram diretamente para a ESAAC (n= 16). Do grupo total 75% atingiram a maioria. A idade das jovens do grupo que participou em todas as fases do projeto encontra-se compreendida entre os 13 e os 22 anos, verificando-se que o Concelho de Pombal é aquele onde reside um maior número de jovens (20%), seguido de Leiria (10%) e Monte Real (10%). Realçamos também o facto de duas jovens terem emigrado, uma para acompanhar a sua família e outra por motivos de emprego.

No grupo de entrada direta na ESAAC o intervalo de idades situa-se entre os 17 e os 24 anos e observa-se que o concelho de Leiria é onde reside um maior número de jovens (43,7%), seguido de Lisboa (18,7%) e Marinha Grande (12,5%).

Quadro 2 – Caracterização das jovens que integram a Estrutura de Apoio e Acompanhamento em julho de 2015 em função do grupo, idade e área de residência.

Grupo	Idade	Área de residência
<p>N= 20</p> <p>Jovens que aderiram à ESAAC após terem realizado os Eixos I e II do Projet'Ar-Te</p>	<p>13 anos: n=1</p> <p>15 anos: n=1</p> <p>16 anos: n=2</p> <p>17 anos: n=3</p> <p>18 anos: n=6</p> <p>19 anos: n=2</p> <p>20 anos: n=3</p> <p>21 anos: n=1</p> <p>22 anos: n=1</p>	<p>Alcobaça n=1</p> <p>Ansião n=1</p> <p>Bombarral n=1</p> <p>Caldas da Rainha n=1</p> <p>Castanheira de Pêra n=1</p> <p>Coimbra n=1</p> <p>Leiria n=2</p> <p>Lisboa n=1</p> <p>Monte Real n=2</p> <p>Peniche n=1</p> <p>Pombal n=4</p> <p>Santarém n=2</p> <p>Estrangeiro</p> <p>Inglaterra n=1</p> <p>Suiça n=1</p>
<p>N=16 Jovens que entraram diretamente para a ESAAC</p>	<p>17 anos: n=2</p> <p>18 anos: n=1</p> <p>20 anos: n=3</p> <p>21 anos: n=2</p> <p>22 anos: n=4</p> <p>23 anos: n=2</p> <p>24 anos: n=2</p>	<p>Caldas da Rainha n=1</p> <p>Leiria n=7</p> <p>Lisboa n=3</p> <p>Marinha Grande n=2</p> <p>Nazaré n=1</p> <p>Peniche n=1</p> <p>Torres Novas n=1</p>

Relativamente à frequência escolar, à formação profissional e ao enquadramento profissional (Quadro 3) as jovens que estão a ser acompanhadas pela ESAAC distribuem-se igualmente pela frequência escolar (41,6%) e atividade profissional (41,6%).

Das jovens que se encontram a frequentar o ensino, verifica-se uma maior integração no ensino secundário (n=6) e em cursos profissionais (n=6).

As 15 jovens com atividade profissional desenvolvem a sua atividade no segundo e terceiro setor, nas mais diversas áreas: restauração, artística, ajudante de lar,

empregadas fabris, de limpeza e escritório, etc. Em situação de desemprego encontram-se quatro jovens sendo que uma jovem tem previsto a sua integração em curso de formação profissional em setembro de 2015, uma jovem foi despedida recentemente por se encontrar na fase final de gravidez (sem contrato de trabalho), uma jovem desistiu do curso de formação profissional por se apresentar com gravidez de risco e por último, uma jovem encontra-se a cuidar do filho menor de idade, sendo o companheiro a assegurar a gestão económica.

Quadro 3 – Caracterização das jovens que integram a Estrutura de Apoio e Acompanhamento em julho de 2015 em função da integração escolar, formação profissional e do enquadramento profissional.

Frequência escolar	Formação profissional	Enquadramento profissional
2.º CEB: n=2 3.º CEB: n=1 Ens. Sec.: n=6 Curso Profissional: n= 6	Formação Profissional: n=2	Com atividade profissional: n=15 Desempregada: n=4

Relativamente ao tipo de família, de acordo com o Quadro 4, verifica-se que nove jovens (25%) pertencem a famílias monoparentais. Deste grupo, oito jovens vivem com as progenitoras e uma jovem vive com o progenitor. Observamos ainda que cinco jovens (13,9%) vivem com progenitor (a) que criou uma nova relação conjugal e que cinco jovens estabeleceram uma relação conjugal sem filhos.

Das 36 jovens que integram a ESAAC, 30 jovens não têm qualquer medida aplicada, três têm a medida de apoio junto da mãe, duas jovens encontram-se com medida de acolhimento institucional e uma jovem encontra-se a usufruir da medida de autonomia de vida.

Quadro 4 – Caracterização das jovens que integram a Estrutura de Apoio e Acompanhamento em julho de 2015 em função do tipo de família e da medida aplicada

Tipo de família	Medida aplicada
Família de co-habitação: n= 4 Família díade nuclear: n=5 Família monoparental: n=9 Família nuclear: n=4 Família reconstruída: n=5 Constituição de família nuclear: n=3 Família alargada: n=4 A viver em instituição: n=2	Apoio para autonomia de vida:n=1 Acolhimento institucional: n=2 Apoio junto da mãe: n=3 Sem medida: n=30

Das 36 jovens que hoje são acompanhadas pela Estrutura de Apoio e Acompanhamento 55,5%

estiveram acolhidas por um período inferior a dois anos (Quadro 5).

Quadro 5 – Caracterização das jovens que integram a Estrutura de Apoio e Acompanhamento, em função do tempo de permanência na Casa do Canto.

Tempo de permanência na Casa do Canto
Inferior a 1 ano: n=9 1 ano: n=11 2 anos: n=7 3 anos: n=6 4 anos: n=2

4.8. Como avaliar? Instrumentos Reguladores e Procedimentos

A avaliação da ESAAC seguiu diversas metodologias, realizando-se uma avaliação por indicadores (número de contactos, tipos de apoio, encaminhamentos,

problemas apresentados, etc.), questionários de recolha de dados quantitativos e entrevistas narrativas, segundo uma abordagem qualitativa. Em 2014, foi construído um protocolo de avaliação (*online*) da ESAAC, intitulado Questionário de

satisfação e qualidade da ESAAC (Projet'Ar-te), composto pelas seguintes secções e respetivos instrumentos:

- **Secção I.**

Eu e a ESAAC: Questionário de avaliação da satisfação e qualidade da ESAAC;

- **Secções II a IV.**

Eu e os outros: Questionário de Suporte Social (Pinheiro & Ferreira, 2002); Escala de Provisões Sociais (Pinheiro, 2003); Escala de Resiliência (Pinheiro & Matos, 2013);

- **Secções V a VIII.**

Olhando para mim mesma: Umbrella (subescalas Estudos/Trabalho e Dinheiro; Del Valle & Quintanal, 2005); Escala de Autoestima de Toulouse (Tap & Vasconcelos, 2004); Youth Self Report (subescalas Comportamento antissocial e Isolamento; Fonseca & Monteiro, 1999); Questionário de Esquemas para Adolescentes (subescalas dos esquemas precoces mal adaptativos; Rijo, Sousa, Lopes, Pereira, Vasconcelos, Mendonça et al., 2007; Santos, 2009).

- **Secção IX.**

Eu e o Projet'Ar-te: Questionário de avaliação do impacto do Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida

- **Secção X.**

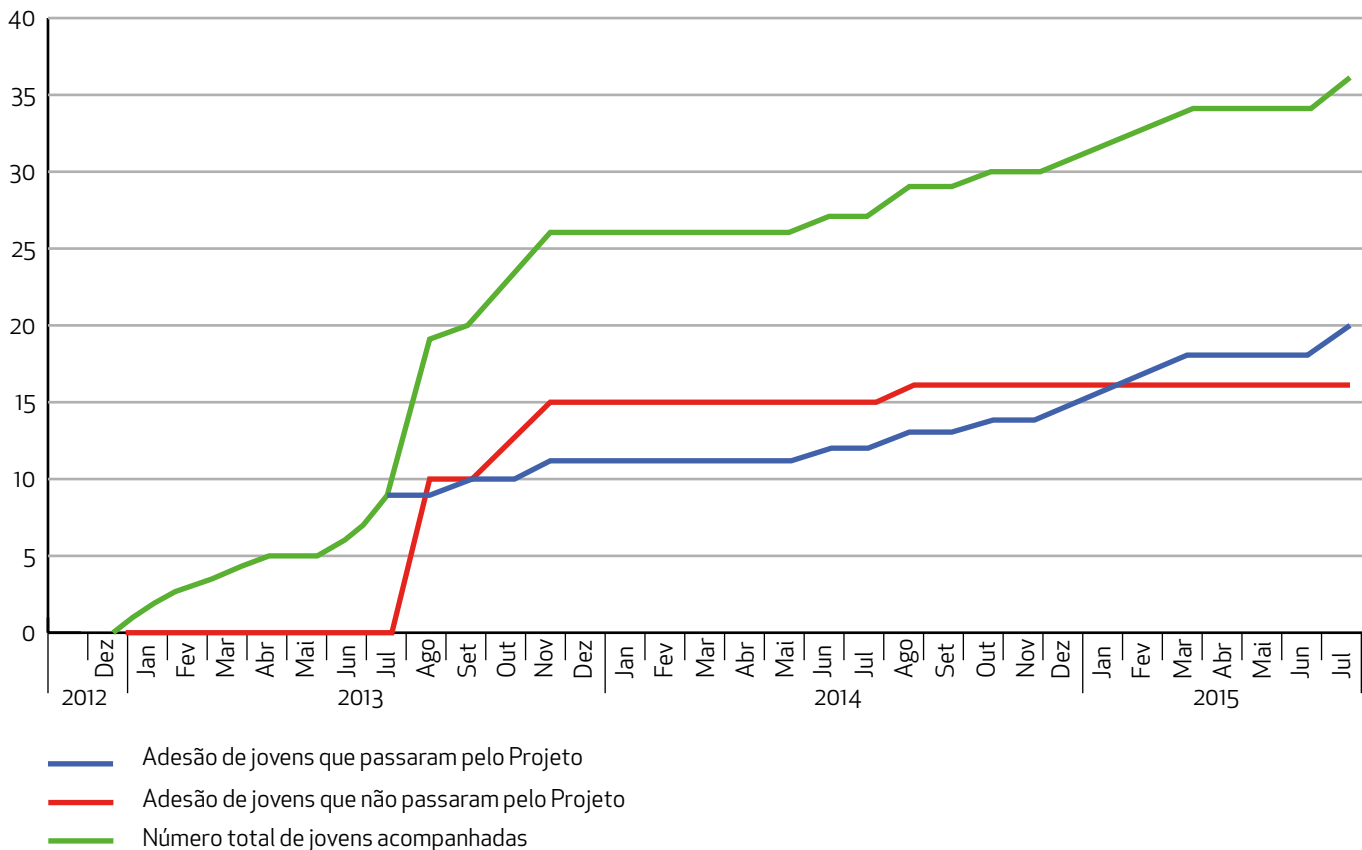
Sugestões.

Através de uma metodologia qualitativa, o Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s) (CIID), do Instituto Politécnico de Leiria, entidade parceira, procedeu à realização de entrevistas narrativas a duas jovens, selecionadas aleatoriamente, do universo de jovens que integraram o Projet'Ar-te em diferentes fases. Esta opção metodológica possibilita a análise de conteúdo das narrativas resultantes das entrevistas biográficas, podendo encontrar incidentes críticos que tenham sido preponderantes e perceber eventuais contributos das diferentes áreas de intervenção do Projet'Ar-te nos seus percursos de vida, nomeadamente, no que se refere aos eixos de promoção de competências para a vida e de apoio e acompanhamento pós acolhimento.

4.9. Onde se chegou? Resultados

Os resultados representados no Gráfico 1, referentes à adesão das 36 jovens que integram atualmente a Estrutura de Apoio e Acompanhamento, manifestam um crescimento progressivo, que pode ser interpretado como um indicador de sucesso deste recurso institucional.

Gráfico 1. Número de jovens que aderiram à ESAAC ao longo do Projeto



Entre as jovens que saíram da Casa do Canto desde o início da implementação do ProjetoAr-te e que cumpriam os critérios para a adesão à ESSAC (n=26), a taxa de adesão foi de **76,9% (n=20)**. Entre as jovens que passaram pela Casa até à data de início do ProjetoAr-te e que foi possível contactar com

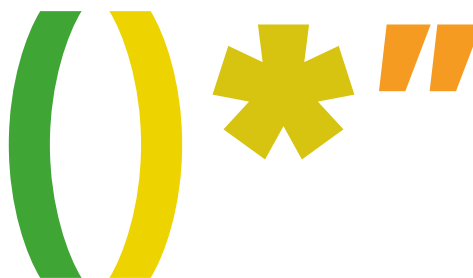
sucesso (N=40) a taxa de adesão foi de **40% (n=16)**. No Quadro 6, apresentamos o número de contactos presenciais e à distância, estabelecidos entre a equipa da Casa do Canto e as jovens acompanhadas, nos diferentes semestres do projeto.

Quadro 6 – Número de contactos estabelecidos

Semestre	N.º jovens contactadas	M	DP	Número de contactos [mín. - máx.]
1.º Semestre Set.2012 – março 2013	4	6.75	4.19	4-13
2.º Semestre Abril 2013 – set.2013	20	6.70	6.73	1-24
3.º Semestre Out. 2013 – março 2014	26	6.04	8.57	0-35
4.º Semestre Abril 2014 – set.2014	29	4.86	3.45	1-18
5.º Semestre Out.2014 – março 2015	34	3.39	3.17	0-15
6.º Semestre Abril 2015 – Jul.2015	36	3.26	2.89	0-14

Dos contactos estabelecidos com as jovens, é possível identificar que, as dificuldades económicas, as dificuldades ao nível dos estudos e a formação

e trabalho são os problemas mais evidentes ao longo dos seis semestres (Quadro 7).



Quadro 7 – Problemas e dificuldades evidenciados pelas jovens

Problemas	Semestre						Total
	1.º (n=4)	2.º (n=20)	3.º (n=26)	4.º (n=29)	5.º (n=34)	6.º (n=36)	
Rede de suporte	-	7	8	5	3	3	26
Económicos	-	7	13	9	7	16	52
Estilo de vida	1	4	5	-	-	-	10
Justiça	1	1	2	-	-	-	4
Saúde	-	3	6	1	3	1	14
Estudos/Formação/Trabalho	-	3	13	6	4	11	37
Total	2	25	47	21	17	31	143

Quadro 8 – Tipos de apoios prestados às jovens da ESAAC em cada semestre do projeto

Apoios	Semestre						Total de apoios prestados
	1.º (n=4)	2.º (n=20)	3.º (n=26)	4.º (n=29)	5.º (n=34)	6.º (n=36)	
Apoio social	-	2	4	1	1	-	8 apoios sociais
Apoio afetivo	4	20	24	29	28	24	129 apoios afetivos
Aconselhamento	3	6	8	5	3	2	27 aconselhamentos
Encaminhamento para serviços específicos	1	3	6	1	2	-	13 Encaminhamentos para serviços específicos
Encaminhamento escolar ou formação profissional	-	-	-	2	-	-	2 Encaminhamentos escolares
Encaminhamento para serviços de saúde	-	3	3	2	1	-	9 Encaminhamentos para serviços de saúde
Participação em ações formativas organizadas pela Casa do Canto	-	12	1	6	-	10	29 Participações em ações formativas
Participação em atividades recreativas	-	12	-	5	2	34	53 Participações em atividades recreativas
Sem apoio	-	-	1	-	3	3	7 Sem apoio
Total de apoios prestados/semestre	8 [1,4]	58 [2, 20]	46 [1, 24]	51 [1, 29]	37 [1,28]	70 [2,34]	270 Apoios prestados

Os apoios prestados às jovens foram diversificados ao longo dos semestres, destacando-se o apoio afetivo e o convite à participação em atividades recreativas na Casa do Canto, nomeadamente a comemoração do Dia da Juventude. Relativamente ao apoio afetivo, este confirma a manutenção do vínculo à instituição e garante uma relação de proximidade com a jovem, após a cessação do seu acolhimento.

A partir dos resultados do Questionário de satisfação e qualidade da ESAAC (preenchimento *online*) durante os meses de agosto e setembro de 2014, obtivemos respostas de 14 jovens, das 29 que foi possível contactar (48,3% do grupo alvo). O Quadro 9 reporta-se à opinião das jovens respondentes acerca da ESAAC.

Verificou-se que 92,9% das jovens considera importante ou muito importante aderir à ESAAC após o seu acolhimento na Casa do Canto.

Relativamente às áreas de vida das jovens em que a ESAAC tem desempenhado um papel importante,

a maioria das jovens reconhece ser a Ligação às pessoas da Casa do Canto (28,6% das respostas assinaladas), seguida da Relação com a família (19,2%), do Sentimento de segurança (15,4%) e do Apoio nas dificuldades (15,4%). De notar que à exceção de uma jovem todas possuem um contacto da Casa do Canto.

Quanto ao nível de satisfação relativamente aos apoios prestados pela ESAAC, após a saída da Casa do Canto, apenas duas jovens se manifestam indiferentes (14,3%), referindo a maioria (85,7%) estar satisfeita ou muito satisfeita.

Todas consideram vir a solicitar apoio futuro à ESAAC na resolução de problemas, havendo metade das jovens (50%) que o tencionam fazer muitas vezes ou sempre e 35,7% às vezes.

Quando questionadas até que ponto recomendariam a uma jovem da Casa do Canto que fizesse parte da ESAAC, as jovens assinalam numa escala que varia de 1 (Não recomendaria) a 10 (Recomendaria fortemente) valores entre 7 e 10 ($M=8,29$; $DP=0,914$).

Quadro 9 – Composição do Questionário de avaliação da satisfação e da qualidade da ESAAC

Questões		N	%		
5. Consideras que aderir à ESAAC após o teu acolhimento na Casa do Canto foi:	Pouco importante	1	7,1		
	Importante	11	78,6		
	Muito importante	2	14,3		
	Total	14	100		
6. Em qual/quais dos seguintes aspetos tem sido importante para ti o papel da ESAAC?	Relação com a família	5	19,2		
	Maior autonomia na vida	2	7,7		
	Sentimento de segurança	4	15,4		
	Ligação às pessoas da Casa do Canto	10	38,5		
	Apoio nas dificuldades	4	15,4		
	Nenhuma das anteriores	1	3,8		
	Total	26	100		
7. Tens contigo algum contacto da Casa do Canto?	Sim, tenho	13	92,9		
	Não tenho neste momento mas já tive	1	7,1		
	Total	14	100		
13. De uma maneira geral, qual o teu nível de satisfação relativamente aos apoios prestados pela ESAAC, após a tua saída da Casa do Canto?	Indiferente	2	14,3		
	Satisfeita	8	57,1		
	Muito satisfeita	4	28,6		
	Total	14	100		
64. Independentemente do teu caso, consideras importante a existência de uma Estrutura de Apoio e Acompanhamento às jovens que saem da Casa do Canto?	Importante	4	28,6		
	Muito importante	10	71,4		
	Total	14	100		
65. No futuro, se precisares ou tiveres problemas pensas recorrer à ESAAC para os resolver?	Raramente	2	14,3		
	Às vezes	5	35,7		
	Muitas vezes	4	28,6		
	Sempre	3	21,4		
	Total	14	100		
67. Até que ponto recomendarias a uma jovem da Casa do Canto que fizesse parte da ESAAC?					
(1) Não recomendaria a (10) Recomendaria fortemente	M	DP	[mín.-máx.]		
	8,29	0,914	7 – 10	14	100

Reflexões Finais

Dizem que existe na China uma espécie de bambu absolutamente particular. Se semearmos uma semente temos que nos prover de paciência... Com efeito, no primeiro ano não acontece nada: nenhum caule se digna sair do chão, nem o menor rebento. No segundo ano, também não. No terceiro? Nada. E no quarto ano?... Nada também. Só no quinto ano é que o bambu lança finalmente o seu rebento para fora da terra. Mas agora num só ano vai crescer doze metros. Que «recuperação» espetacular!

A razão é simples: durante cinco anos, enquanto nada acontece à superfície, o bambu desenvolve secretamente prodigiosas raízes no solo, graças às quais, chegado o momento, está em condições de fazer uma entrada triunfal no mundo visível, à luz do dia. (Adaptado de Olivier Clerc, 2005).

A semente que quisemos semear...

A Estrutura de Apoio e Acompanhamento da Casa do Canto foi a semente que quisemos semear, cuidando tão ativamente quanto pacientemente o surgir das suas forças e o expressar de algumas dificuldades. O balanço do trabalho é francamente positivo e a importância que as jovens deram à ESAAC desde o momento do seu lançamento, aderindo sem hesitações, respondendo aos contactos e participando nas atividades propostas, solicitando apoios e manifestando satisfação pela manutenção dos laços afetivos, são indicadores não só da sua eficácia como também da sua pertinência e sustentabilidade. Atualmente, há que reconhecer na ESAAC as vantagens de possibilitar ao sistema de acolhimento um conhecimento organizado

dos percursos de vida das jovens após a sua saída do acolhimento em instituição; permitir às jovens manter os laços afetivos com os pares, as equipas e a comunidade em que esteve integrada durante o tempo de acolhimento; garantir e facilitar às jovens o acesso a uma rede de apoio social, baseada numa abordagem de proximidade, confiança e aceitação, gerida pela instituição de acolhimento que conhece e da qual pode continuar a sentir que faz parte; permitir às jovens que lhes seja reconhecido o seu valor, dando a conhecer as suas áreas de sucesso, solicitando apoios para as suas dificuldades, podendo ainda beneficiar de ações formativas e recreativas que acontecem no âmbito da atuação da ESAAC.

Finalmente, o rebento para fora da terra

A gestão do ciclo de vida da ESAAC teve como preocupação atender às quatro normas fundamentais para a qualificação do acolhimento de crianças e jovens no espaço europeu (FICE, IFCO & Aldeias Infantis SOS, 2007). Consideramos que o projeto começa agora a ganhar visibilidade interna e externa e que começamos a gerar evidências de que temos o entendimento de que o processo de finalização do acolhimento é planificado e implementado de forma exaustiva, de que a comunicação nesse processo é levada a cabo de forma útil e adequada, de que as jovens têm assegurados plenos direitos para participar no processo de finalização do acolhimento e de que garantimos o acompanhamento, o apoio contínuo e as possibilidades de contacto.

A esperança de uma «recuperação» espetacular!

A ESAAC é uma estrutura de apoio às mudanças que resultam da situação de potencial transição que é a saída do sistema de acolhimento. Transição não se refere a um momento, antes a um processo de vivências adaptativas e de mobilização de recursos pessoais, sociais e contextuais. Neste sentido, justifica-se que uma intervenção em processos de transição e adaptação tenha como linhas orientadoras potenciar os recursos, internos e externos, ao longo do processo de transição e mudança, uma forma de apoiar os indivíduos a tornarem-se mais aptos para lidarem com as mudanças emergentes.

Desenvolver prodigiosas raízes no solo

No Projet'Ar-te a preparação da saída do sistema de acolhimento desenvolve raízes desde o primeiro dia de vida da jovem na Casa do Canto. Tal significa, em termos práticos, que as jovens ouvem falar da ESAAC desde o primeiro dia na casa e que a adesão à estrutura (Nível III da intervenção) é preparada nos níveis I e II de intervenção, a par, respetivamente, do programa de desenvolvimento de competências de regulação emocional e do programa de desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Condições de fazer uma entrada triunfal no mundo visível, à luz do dia!

Apresentámos anteriormente a nossa convicção de que a diminuição do tempo de permanência em instituição poderá passar certamente, pela inovação de respostas sociais de apoio e acompanhamento

do projeto de vida dos jovens, passando obrigatoriamente por **apoiar uma saída segura do sistema de acolhimento e uma entrada ainda mais segura na nova fase da vida**, que se pretende orientada para a autonomia e para a plena integração na sociedade, de acordo com o projeto de vida da jovem. **O impacto pretendido deste projeto situa-se precisamente na garantia da autonomia das jovens, independentemente do seu projeto de vida, assegurando uma saída segura da instituição e uma melhor integração e funcionalidade na família e/ou comunidade.** Na perspetiva da equipa da Casa, constituiu-se como enorme desafio a criação de uma estrutura cujo foco estava no período pós-acolhimento. Criar procedimentos e documentos que salvaguardassem o adequado funcionamento da ESAAC, constituiu uma oportunidade de crescimento, teórico e prático, para todos os profissionais da Casa. É gratificante observar, durante e após o período de acolhimento, **a melhoria das competências de autonomia, em especial das estratégias de resolução de problemas das jovens.** A criação de uma estrutura de apoio e acompanhamento após a saída do acolhimento constituiu para a Casa do Canto um desafio técnico, ao qual respondemos com uma resposta humanista e humanizada, de compromisso social. **A implementação do Projet'Ar-te estendeu-se nos últimos meses a mais duas Casas da CrescerSer, desafiando a criação de mais duas estruturas de apoio e acompanhamento, que fortalecerá, estamos certos, as nossas boas práticas de cidadania institucional.**

Referências bibliográficas

Berkman, L., Glass, T., Brissette, I., & Seeman, T. (2000). From social integration to health: Durkheim in the new millennium. *Social science & medicine*, 51 (6), 843-857.

Brock, D., Sarason, I., Sanghvi, H., & Gurung, R. (1998). The Perceived acceptance scale: Development and validation. *Journal of Social and Personal Relationships*, 15 (1), 5-21.

Carvalho, M., & Cruz, H. (2015). Promoção da Autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição. In M. Carvalho, H. Cruz e A. Salgueiro (Coords.), *Autonomia: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (pp. 4-15).

CID, Crianças Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos (Leandro, Armando; Alvarez, Dora; Cordeiro, Mário e Ricardo Carvalho) (2005). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. Para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*, Edição Instituto da Segurança Social, I.P., disponível em

http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/acolhimento_residencial_crianças_jovens

Champion, V., & Skinner, C. (2008). The Health Belief Model. In K. Glanz, B. Rimer, e K. Viswanath (Eds.). *Health Behaviour and Health Education: Theory Research and Practice* (pp. 45-65). San Francisco: John Wiley and Sons, Inc.

Clerc, O. (2005). *A mãe que não sabia que tinha sido cozida e outras lições de vida*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Del Valle, J., & Zurita, J (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Pirámide.

Del Valle, J., & Quintanal, J. (2005). *Umbrella: Habilidades para la vida*. Oviedo: ASACI.

Del Valle, J., & Arteaga, A. (2009). *SERAR: Sistema de Evaluación y Registro en Acogimiento Residencial*. Oviedo: Asociación para el estudio y promoción del bienestar infantil.

Eurochild (2010). *Eurochild Annual Report, Children in Alternative Care - National Surveys, 2nd Edition*, January, Brussels – Belgium, disponível em http://www.eurochild.org/fileadmin/public/05_Library/Eurochild-Annual-Report-2010.pdf

Ferlander, S. (2007). The importance of different forms of social capital for health. *Acta Sociologica*, 50 (2), 115-128.

FICE, IFCO, & Aldeias Infantis SOS (2007).

Quality4Children: Normas para o Acolhimento de Crianças Fora da Sua Família Biológica na Europa, Werner Hilweg, Innsbruck, Áustria, disponível em http://quality4children.info/navigation/show.php3?id=2&_language=en

Fonseca, A., & Monteiro, C. (1999). Um inventário de problemas do comportamento para crianças e adolescentes: *O Youth Self-Report de Achenbach*. *Psychologica*, 21, 79-96.

Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores.

Guerra, P., & Bolieiro, H. (2009). *A criança e a família: uma questão de direito(s)*. Coimbra: Coimbra Editora.

Guerra, P., Palaio, C., & Velho, C. (2014). A Convenção sobre os Direitos da Criança na institucionalização desta. In M. Carvalho e A. Salgueiro (Coords.), *Direitos da Criança: Experiências de quatro instituições de acolhimento de jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (pp. 54-73).

Kirkpatrick, D., & Kirkpatrick, J. (2005). *Evaluating training programs: The four levels* (3rd ed., pp. 1-70). San Francisco: Berrett-Koehler Publishers.

Lizuka, C., & Barrett P. (2011). Programa Friends para tratamento e prevenção de transtornos de ansiedade em crianças e adolescentes. In C. Petersen e R. Wainer (Eds.), *Terapias Cognitivo-Comportamentais para Crianças e Adolescentes: ciência e arte* (pp. 264-285). Porto Alegre: Artmed.

Martins, P. (2005). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais, *VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?* – 23 de maio de 2005, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; pp. 1-11.

Moura, D., Guerra, A., & Costa, S. (2005). *Percursos de Vida dos Jovens Após a Saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.

Neves, M. (2011). *Autonomia e Satisfação com a Vida em Jovens Institucionalizados: Lares de Infância e Juventude vs Apartamentos de Autonomização*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Ramo de Especialização: Psicoterapia e Psicologia Clínica, Instituto Superior Miguel Torga.

Pinheiro, M. (2003). *Uma época especial: suporte social e vivências académicas na transição e adaptação ao ensino superior.* Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação (Psicologia da Educação), Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Pinheiro, M. (2004). O desenvolvimento da transição para o Ensino Superior: o princípio depois de um fim. *Aprender*, 29, 9-20.

Pinheiro, M., & Ferreira, J. (2002). O Questionário de Suporte Social: Adaptação e validação da versão portuguesa do *Social Support Questionnaire (SSQ6)*. *Psychologica*, 30, 315-333.

Pinheiro, M., & Matos, A. (2013). Exploring the construct validity of the two versions of the Resilience Scale in Portuguese adolescent sample. *The European Journal of Social & Behavioural Sciences*, eISSN: 2301, 179 – 189.

Rijo, D., Sousa, M., Lopes, J., Pereira, J., Vasconcelos, J., Mendonça, M., Silva, M., Ricardo, N., & Massa, S. (2007). *Gerar percursos sociais: Um Programa de Prevenção e Reabilitação Psicossocial para Jovens com Comportamento Desviante.* Ponta Delgada: Equal.

REC, Recommendation of the Committee of Ministers (2005). *On the rights of children living in residential institutions*, Council of Europe, Bruxelas, Bélgica, disponível em <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=835953>

Santos, L. (2009). *Questionário de esquemas para adolescentes QEA: Estudos de validação numa amostra de adolescentes da população normal.* Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Schlossberg, N., Waters, E., & Goodman, J. (1995). *Counseling adults in transition: Linking practice with theory* (2nd ed.). New York: Springer.

Tap, P., & Vasconcelos, M. (2004). *Precariedade e vulnerabilidade psicológica.* Coimbra: Fundação Bissaya Barreto.

Veloso, C. (2014). *Lares de Infância e Juventude: contributos para a autonomia.* Dissertação de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu.



Legislação consultada

Diário da República, 1.ª série-A – n.º 204.
Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.
(Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

Diário da República, 2.ª série – n.º 90.
Despacho n.º 8393/2007, de 10 de maio.
(Criação do Plano DOM – Desafios, Oportunidades
e Mudanças)

Diário da República, 2.ª Série – n.º 128.
Despacho n.º 9016/2012, de 4 de julho.
(Criação do Plano SERE+ – Sensibilizar, Envolver,
Renovar, Esperança, MAIS)



Anexos

Anexo 1 – Atividades do Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida

Anexo 1 - Ações do Programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida

Programas	Ações
Programa de Promoção da Regulação Emocional	Programa Gerar Percursos Sociais (GPS)
	Grupo Artístico - Teatro
	Grupo Artístico - Música
Programa de Competências Pessoais e Sociais	Oficina de Resiliência
	Higiene e Imagem Pessoal
	Alimentação
	Sopas e relogados
	Atelier de Cozinha
	Limpeza e arrumação
	Tratamento de roupa
	Concurso "Donas de casa não desesperadas"
	Reciclagem, gestão energética e monetária
	Visita a serviços: Câmara Municipal
	Visita a serviços: Banco
	Peddy Paper – Serviços e comunidade
	Internet e Novas Tecnologias
	Acolhimento "Prevenir com Arte"
	Campo de Férias "Risco o Risco"
	Direitos da Criança
	Solidariedade
	Interculturalidade
	Atividade desportiva ou artística na comunidade
	Métodos de estudo
	Técnicas ativas de procura de emprego – Visita a uma empresa
	Os serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional
	Expressão de afeto com a família
Comunicação na família	
Festa da Família	
Cuidar do outro	

Anexo 2 – Matriz de planificação das ações socioeducativas



CASA DO CANTO
CRESCER CRIANÇA

MATRIZ DE PLANIFICAÇÃO



Projeto	
Direção/Programa/Unidade	
Ação	
Data	
Local	
Tempo previsto	
Dimensões/Responsáveis	
Colaboradores envolvidos	
Grupos-alvo	
Objetivo geral	
Aprendizagem fundamental	
Tarefa para transferência da aprendizagem fundamental	

Casa do Canto - Universidade Alameda, Rua 5, 694-471 Vila do Canto, Avulsos
Tel. 23620462 – Fax. 23620373 – Tel. 962130945
E-mail: casaforcanta@casacanto.org



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



CASA DO CANTO
CRESCER CRIANÇA



Momento	Objetivos específicos	Condições Físico-espaciais	Método/ Estratégia	Recursos	Descrição	Avaliação	Tempo

Casa do Canto - Universidade Alameda, Rua 5, 694-471 Vila do Canto, Avulsos
Tel. 23620462 – Fax. 23620373 – Tel. 962130945
E-mail: casaforcanta@casacanto.org



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

Anexo 3 – Declaração de compromisso (Jovem)



CASA DO CANTO
CRESCER

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO
ACOMPANHAMENTO APÓS SAÍDA DA CASA DO CANTO

Eu, _____, portadora do Cartão de Cidadão n.º _____, declaro que pretendo aderir, por livre e espontânea vontade, à Estrutura de Apoio e Acompanhamento da Casa do Canto e continuar a usufruir do acompanhamento prestado após a minha saída da casa.

Gostaria de ser acompanhado por _____ na qualidade de elemento de referência da Casa do Canto no âmbito da Estrutura de Apoio e Acompanhamento.

Assinatura da Jovem

Assinatura do elemento de referência

CASA DO CANTO - Estrutura de Apoio e Acompanhamento - Rua D. João IV, 1300-073 Lisboa - Portugal, Anexo
Tel. 212460000 - Fax. 212460001 - Tlx. 967124600
E-mail: casa.docanto@proteccioncivil.org



Anexo 4 – Declaração de compromisso (Representante legal)



CASA DO CANTO
CRESCER

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO
ACOMPANHAMENTO APÓS A SAÍDA DA CASA DO CANTO

(Nome) _____
residente em _____
portador do BI/CC n.º _____ emitido em ____/____/____ na
qualidade de representante legal autorizada que
(nome) _____, nascida a
____/____/____, continua a usufruir, segundo a sua vontade, do
acompanhamento prestado pela Casa do Canto, após a sua saída.
Nome para efeito de referência _____ no
âmbito da Estrutura de Apoio e Acompanhamento.

Data: ____/____/____

O Representante Legal

CASA DO CANTO - Estrutura de Apoio e Acompanhamento - Rua D. João IV, 1300-073 Lisboa - Portugal, Anexo
Tel. 212460000 - Fax. 212460001 - Tlx. 967124600
E-mail: casa.docanto@proteccioncivil.org



Anexo 5 – Ficha de identificação e contactos





Identificação & Contactos

Foto

Nome: _____
 Idade: _____ Data de Nascimento: _____
 Morada: _____
 Telefone: _____ Telemóvel: _____
 E-mail: _____

Outros meios de comunicação e redes sociais

Se possível descreva com o tipo de contacto das redes que costuma frequentar

Facebook _____
 _____
 _____
 _____
LinkedIn _____
Blog _____

Ficha de Contactos - Informação de Identificação - Ano 0 - 2016-17 (Ficha de Contactos) - Modelo
 Rua da Escola - Povoação - Vila Real - 5300-107
 E-mail: contacto@institutocega.org



Anexo 6 – Registo de contactos





Data	Tipo de contacto	Quem inicia	Quem recebe	Objetivo do contacto

Ficha de Contactos - Informação de Identificação - Ano 0 - 2016-17 (Ficha de Contactos) - Modelo
 Rua da Escola - Povoação - Vila Real - 5300-107
 E-mail: contacto@institutocega.org



Anexo 7 – Ofício de divulgação da Estrutura a outros Serviços



(Nome da Entidade)
(Morada)

Data: ___/___/___

Assunto: Divulgação da Estrutura de Apoio e Acompanhamento da "Casa do Certo"

Exmo(a). Sr(a).

O Centro de Acolhimento Temporário "Casa do Certo", localizado em Chão de Couce, concelho de Anísio, pertencente à Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família - CrescerSer, é um equipamento com autonomia funcional, que visa o acolhimento temporário de 23 jovens do sexo feminino, dos 12 aos 18 anos, que se encontrem em situação de perigo.

Assim, a "Casa do Certo" tem por missão: **"Promover e divulgar os direitos das jovens. Acolher jovens vítimas de maus tratos e perspetivar com elas e suas famílias o seu projeto de vida e sua autonomia."**

Desde setembro de 2012, a Casa do Certo iniciou um projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano designado por *Projeto Ar-te: Desafios para a Mudança no Sistema de Acolhimento*. Este projeto tem como objetivo melhorar a intervenção na área de acolhimento institucional, através da implementação de um conjunto de boas práticas, com vista a promover e acompanhar o processo de autonomia de vida das jovens, durante e após o acolhimento.

Um dos principais eixos de intervenção deste projeto consiste na criação de uma Estrutura de Apoio e Acompanhamento às jovens, após a saída da instituição.

O acompanhamento de uma jovem após a saída da instituição é fundamental para o reforço das aprendizagens adquiridas ao longo do acolhimento, no apoio contínuo às suas tomadas de decisão, bem como um suporte efetivo que ajude a jovem a encarar os desafios e dificuldades que vai encontrar na fase de transição após a sua institucionalização.

Casa do Certo, Sítio União Alenteja, lote 9, 2290-472 Chão de Couce, Anísio.
Tel. 236528432 - Fax. 236528233 - Tlx. 9621100643
E-mail: casadocerto@proccer.org



Esta estrutura, não pretende criar uma dependência excessiva, mas um compromisso de acompanhamento numa lógica de co-responsabilidade entre jovem e adulto de referência. Sempre que necessário procederemos ao trabalho em parceria com outras entidades competentes na problemática associada.

Os apoios prestados no âmbito da *Estrutura de Apoio e Acompanhamento* enquadram-se dentro da missão e dos recursos disponíveis na instituição, baseando-se nos seguintes:

- ✓ Apoio afetivo e suporte social às jovens;
- ✓ Atendimento, acompanhamento e encaminhamento psicossocial;
- ✓ Aconselhamento e encaminhamento formativo e profissional;
- ✓ Encontros pedagógicos e recreativos (festas, atividades pedagógicas, fins-de-semana temáticos) com as jovens e suas famílias.

Com esta metodologia, esperamos contribuir para uma desinstitucionalização mais segura e contribuir para uma cultura de colaboração com a jovem, tendo em consideração os seus direitos, o respeito pela sua história de vida e visando a sua inserção comunitária.

Sem mais assunto, colocamo-nos ao dispor para eventuais esclarecimentos.

Com os melhores cumprimentos,



Atenciosamente,

A Diretora Técnica

(Carla Palsic)

Casa de Caris | Vila Rica | Alameda, s/nº | 2240-472 Chão de Onças, Arvidé
Tel. 224628432 - Fax. 224628232 - Tlx. 962130843
E-mail: casadecaris@vovonor.org

Anexo 8 – Programação de objetivos



PROGRAMAÇÃO DE OBJETIVOS

OBJETIVOS	ATIVIDADES	RECURSOS	TEMPO	AVALIAÇÃO

(Jovem)

(Pai / Mãe / Detentor da Guarda de Fato / Representante Legal)


(Ajd. Ac. Educativa)

(Técnico)

Aprovado em Equipe Técnica no dia _____ de _____ de 20____

Adaptado de JEMER, Projeto Educativo Individual (7-18 anos)

Casa do Centro (Associação Albarcelos, Av. B. 3343-473 Onda de Inova, Anápolis
Tel. 23062043 – Fax. 23062050 – Tlx. 062133045
E-mail: casadocentro@casadocentro.org.br



FUNDAÇÃO
CALDESTE
CLUBERMAN

Notas Biográficas

Ana Catarina Guerra

Licenciada e mestre em Política Social (2011), pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Em Setembro de 2014, veio dar continuidade às suas funções técnicas na Casa do Canto, no âmbito do projeto Projet'Ar-te – Desafios para a Mudança no Sistema de Acolhimento.

Carla Margarida Simões Palaio

Licenciada em Sociologia (2001), pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Desde Outubro de 2007 desenvolve funções de diretora técnica do Centro de Acolhimento Temporário “Casa do Canto”.

Cristina Maria Tomé Velho

Licenciada em Ciências da Educação (2002), pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Desenvolve funções de diretora adjunta desde Março de 2009, no Centro de Acolhimento Temporário “Casa do Canto”, pertencente à CrescerSer – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família. Desde 2013, exerce funções de coordenadora no projeto Projet'Ar-te – Desafios para a Mudança no Sistema de Acolhimento.

Hugo Cruz

Professor na Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo – IPP. Investigador no IELT – Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da Universidade Nova de Lisboa. “Programa Crianças e Jovens em Risco” da Fundação Calouste Gulbenkian. Presidente da Direção Associação Cultural e Social PELE.

João Garrido de Oliveira

Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde (2010), pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Desenvolve funções de Psicólogo na Casa do Canto desde março de 2015.

Laura Santos

Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde (2009), subárea da especialização em Intervenções Cognitivo-Comportamentais nas Perturbações Psicológicas de Saúde, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Desde Setembro de 2012 desenvolve funções de Psicóloga na Casa do Canto, no âmbito do projeto Projet'Ar-te – Desafios para a Mudança no Sistema de Acolhimento.

Maria João Leote de Carvalho

Investigadora do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. “Programa Crianças e Jovens em Risco” da Fundação Calouste Gulbenkian.

Maria do Rosário de Carvalho Nunes

Manteigas e Moura Pinheiro

Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra/FPCEUC e docente responsável do Gabinete de Apoio ao Estudante da FPCEUC. Exerce as funções de Formadora e Supervisora do Projeto Projet'Ar-te: Desafios para a mudança no Sistema de Acolhimento- Programa “Crianças e jovens em Risco” da Fundação Calouste Gulbenkian (2013-2015).

Paulo Guerra

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1981-1986). Juiz de Direito desde 1988, actualmente colocado, como Juiz Desembargador, no Tribunal da Relação de Coimbra, embora em comissão de serviço judicial como Diretor Adjunto do CEJ. Autor de várias obras jurídicas no âmbito do Direito de Família e das Crianças. É Vice-Presidente da Direcção da Associação CrescerSer.

Pedro Fadigas

Mestre em Psicologia (2014), pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. De outubro de 2007 a fevereiro de 2015 desenvolveu funções de Psicólogo na Casa do Canto.

Sónia Santos

Licenciada em Serviço Social (2007), pelo Instituto Superior Bissaya Barreto de Coimbra. Desenvolve funções de assistente social, desde 2009, no Centro de Acolhimento Temporário “Casa do Canto”, pertencente à CrescerSer-Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família.



Glossário

APDMF – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família– CrescerSer;

CID – Crianças Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos;

CIID – Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s);

CPCJ – Comissão Proteção Criação e Jovens;

DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças;

ESAAC – Estrutura de Apoio e Acompanhamento;

FICE – Federación Internationale de Communités Educatives;

GPS – Programa gerar percursos sociais;

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional;

IFCO – International Foster Care Organization;

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;

REC – Recommendation of the Committee of Ministers;

SERE+ – Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança mais;

SATAI – Setor de Apoio Técnico ao Acolhimento Institucional.

Esta brochura integra-se numa linha de intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian direcionada para as crianças, jovens e famílias consideradas em situação de risco e vulnerabilidade, coordenada pelo Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. A coordenação científica está a cargo do Professor Doutor Daniel Sampaio, assessorado pela Doutora Maria João Leote de Carvalho e pelo Dr. Hugo Cruz, que asseguram o acompanhamento técnico do Programa.

Para mais informações: <http://www.gulbenkian.pt/desenvolvimentohumano>
<<http://www.gulbenkian.pt/desenvolvimentohumano>>

Ficha Técnica

Edição

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Programa Gulbenkian de Desenvolvimento
Humano (PGDH)
Programa “Crianças e Jovens em Risco”
Jovens em Acolhimento Institucional
outubro 2015

Coordenação de edição

Maria João Leote de Carvalho
Hugo Cruz
Anabela Salgueiro

Autores

Carla Palaio
Catarina Guerra
Cristina Velho
Hugo Cruz
João Oliveira
Laura Santos
Maria João Leote de Carvalho
Maria do Rosário Pinheiro
Paulo Guerra
Pedro Fadigas
Sónia Santos

Centro de Acolhimento Temporário Casa do Canto

Associação Portuguesa para o Direito
dos Menores e da Família – CrescerSer
Urbanização Albermar 9
Chão de Couce
3240-472 Ansião
Tel/Fax: 236 628 030 – Tlm: 962 133 064/065
casadocanto@crescerser.org

Coleção

“Práticas e Reflexão sobre
Acolhimento de Jovens em Instituição”

Direção de Coleção

Maria João Leote de Carvalho,
Hugo Cruz e Anabela Salgueiro

PGDH

pgdh@gulbenkian.pt
<http://gulbenkian.pt/desenvolvimentohumano>

Design, Paginação e Arte final

Mergulhar em Ideias, Lda.
www.mergulharemideias.pt

Revisão

Gisela Nunes Martins
Hugo Cruz
Maria João Leote de Carvalho

Impressão

Jorge Fernandes, Lda.

N.º de exemplares

1.000

ISBN

978-989-8380-24-1



Programa Crianças e Jovens em Risco